ROTA DO ROMÂNICO

Manuel de Faria e Sousa

Cidadão do mundo e das letras ao serviço de Portugal

JOAQUIM LUÍS COSTA

CENTRO DE ESTUDOS DO ROMÂNICO E DO TERRITÓRIO

Fotografia da capa: Retrato de Manuel de Faria e Sousa em *Asia portuguesa*.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO
Manuel de Faria e Sousa. Cidadão do mundo e das letras ao serviço de Portugal

PROPRIEDADE
Rota do Românico

EDIÇÃO
Centro de Estudos do Românico e do Território

COORDENAÇÃO GERAL
Luís Monteiro

REVISÃO DA EDIÇÃO
António Coelho

TEXTO
Joaquim Luís Costa

FOTOGRAFIA
Atelier Ricardo Alves
Biblioteca Nacional Digital
Rota do Românico

COLABORAÇÃO
Miguel Augusto Sousa
Idalina Magalhães

DESIGN DA COLEÇÃO
Abigail Ascenso e Fedra Santos

PAGINAÇÃO
Fedra Santos

IMPRESSÃO
Lidergraf – Artes Gráficas

TIRAGEM
500

EDIÇÃO
2.ª Edição | Março de 2023
1.ª Edição | Março de 2012

ISBN
978-989-53587-3-1

DEPÓSITO LEGAL
514128/23

O texto é da exclusiva responsabilidade do autor.

COFINANCIAMENTO

Centro de Estudos do Românico e do Território
Praça D. António Meireles, 45
4620-130 Lousada
T. +351 255 810 706
T. +351 918 116 488
rotadoromanico@valsousa.pt
www.rotadoromanico.com

Manuel de Faria e Sousa

Cidadão do mundo e das letras ao serviço de Portugal

JOAQUIM LUÍS COSTA

Índice

O românico do território do Tâmega e Sousa tem suscitado o interesse de um vasto conjunto de estudos e publicações. A singularidade arquitetónica e artística deste património tem assumido particular evidência ao longo das suas páginas, relegando-se, não raras vezes, as vivências e as histórias pessoais que nele se desenrolaram. Nestas terras nasceram e viveram destacadas personalidades, pelo que falar da história e do património do Tâmega e Sousa ganha sentido maior se trouxermos à memória alguns dos vultos que deixaram nele uma marca indelével.

O Centro de Estudos do Românico e do Território procura inscrever-se nessa missão, incentivando a investigação e a produção de conhecimentos, fundamentais para a compreensão deste legado patrimonial e das figuras que traçaram a sua identidade. A publicação *Manuel de Faria e Sousa. Cidadão do mundo e das letras ao serviço de Portugal* é disso um claro exemplo.

Manuel de Faria e Sousa é uma personalidade fulcral para compreendermos o Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro numa determinada época e contexto histórico. Ali foi batizado e aprendeu as primeiras letras, mereceu menções nas suas obras literárias e, no final dos tempos, foi seu desejo ali ser sepultado.

Homem das letras e um dos grandes divulgadores da obra de Luís de Camões, Manuel de Faria e Sousa é, contudo, uma figura controversa pelas opções pessoais e políticas assumidas durante uma das épocas mais conturbadas da nossa história: os sessenta anos de domínio filipino. Não admira, por isso, que seja pouco conhecido e a sua obra pouco estudada e investigada.

Nesta publicação procurámos trazer à luz a essência de Manuel de Faria e Sousa, analisando o seu percurso pessoal e literário e entrecruzando-o com as vivências do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro no período que precedeu a Restauração da Independência de Portugal.

Lousada, março de 2012

ROSÁRIO CORREIA MACHADO
Diretora da Rota do Românico

Que fazer com Faria e Sousa?

Sim, do grande Camoniano, daquele que nos trouxe Camões como verdadeiramente foi, apesar de tão criticado ao longo dos tempos, que fazer agora que começa a ser reapreciado, que fazer se não voltar a saber dele? Lê-lo novamente, como merece e como o grande Poeta de Portugal o exige?!

"Incontornável", diz dele o recentíssimo e prestimoso "Dicionário de Camões", pela escrita de Hélio Alves, e como atesta o atento e meticuloso trabalho empreendido por Joaquim Costa que segue nas páginas adiante.
"O mais influente e importante editor e comentador de Camões de todos os tempos" (Hélio Alves, 2011) nem sempre teve a fortuna que lhe era e é devida, andando quase pelas ruas da amargura, sobretudo no século XIX, entorpecido pela cultura do lugar comum, sempre pronta a transmitir o que a facilidade escusa à cuidada investigação e ao escrutínio permanente, apanágio de quem se dedica a estas coisas da História e da Crítica.

Não fora Jorge de Sena e o nosso Manuel de Faria e Sousa ainda permaneceria no rol dos autores a evitar quando nos aproximássemos de Luís de Camões. Atrevo-me a dizer que se deve ao poeta e ensaísta nosso contemporâneo o que podemos acertar como a primeira grande revisão da vida e obra do Autor que nos traz hoje a terreiro, abrindo caminho a um bendito e auspicioso quadro de investigadores que tornaram o polígrafo sepultado em Pombeiro a figura cultural ímpar que é.

No prefácio à reprodução anastática da monumental edição de *Os Lusíadas* comentados por Faria e Sousa, comemorativa do seu IV Centenário, Sena procura "dar uma ideia geral – tão correcta e livre de preconceitos obsoletos quanto possível – da personalidade e da obra de Manuel de Faria e Sousa, recolocando a sua questão não em novos termos problemáticos, mas libertando-a de premissas alheias à verdade e à justiça, quando não e sobretudo ao valor dos seus estudos de Camonologia, a fim de, com essa nova edição, estes serem de uma vez para sempre, reintegrados na cultura portuguesa de que fazem parte, e nos estudos camonianos de que são base indispensável".

Quanto a estes, acentua Jorge de Sena, "poderíamos até afirmar que sob muitos aspectos, os comentários de Faria e Sousa são mais relevantes hoje do que o eram quando ele os publicou, porque nos colocam em contacto com uma multidão de referências que se perderam da memória culta e dormem o seu sono na vastidão das bibliotecas e arquivos deste mundo".

E acrescenta o Poeta de *As Evidências*: "não precisavam tanto os contemporâneos dele da sua erudição, quanto a precisamos nós. Mas ele não é só erudição: é também, na sua vesânia camoniana, no seu culto esclarecido pelo grande poeta, um intérprete, um iluminador de numerosos passos, e é um crítico com a plena consciência da magnitude complexa da obra máxima de Camões, como do espírito que neste havia. E isto, com tudo o que seja do seu tempo, é necessariamente do nosso", tornando-se as suas observações, as suas análises, "antepassadas do melhor ensaísmo literário moderno, que hão-de ficar sempre como testemunhos marmóreos de um grande crítico", como acerta Hélio Alves no já referido "Dicionário de Camões" – dirigido pelo também especialista camoniano Vítor Manuel de Aguiar e Silva – acrescentando que elas "detêm a sensibilidade e a dignidade da melhor crítica literária tal como viria a praticar-se mais recentemente".

Que fazer com Manuel de Faria e Sousa? Com esta pergunta ensaiamos a deixa para servir de abertura ao magnífico texto de Joaquim Costa, numa oportuníssima iniciativa da já muito benemérita Rota do Românico, tanto mais de assinalar quanto nos está a seduzir para criar-se o que poderá ser um ativo polo de estudos camonianos, centrado na vida e obra de um dos mais ilustres conhecedores e cultores da obra do nosso Poeta Maior, dando-se o caso, ainda para mais, curiosamente, que as suas éclogas recendem o ambiente e as gentes da sua infância da região onde nasceu, como provaria um estudo que seria interessante fazer.

Celebrando a 18 de março o seu nascimento, a resposta principia já por aí. A resposta que Faria e Sousa merece. Por nós, cá ficaremos à espera do seu festejado regresso.

Porto, março de 2012

JOSÉ VALLE DE FIGUEIREDO
Poeta e ensaísta
Diretor delegado no Norte da Sociedade Histórica
da Independência de Portugal
Diretor do Centro de Estudos Tomaz Ribeiro
e da Associação Portus Cale

Introdução

Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, em Felgueiras. Aguarela de António Silva.

No dia 18 de março de 2012 celebra-se o 422.º aniversário do nascimento de Manuel de Faria e Sousa.

Homem das letras, natural de Pombeiro, Felgueiras, pode, porventura, ser colocado no lote dos portugueses mais controversos da nossa história durante e após o domínio filipino.

Seus contemporâneos como D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, Manuel de Gallegos e Manuel Pires d'Almeida, levados pela inimizade, já o entregavam à Inquisição espanhola e posteriormente à portuguesa. Apesar dos ataques a que esteve sujeito, Manuel de Faria e

Sousa, ao bom jeito português, lá conseguia desembaraçar-se das situações mais complicadas, com a ajuda de amigos que reconheciam os seus méritos.

A sua vida acaba em Madrid no ano de 1649, na miséria. Mas não se pense que, com a sua morte, os elogios e as polémicas findaram. Analisadas até aos dias de hoje, as suas opções pessoais, políticas e as suas obras históricas e literárias continuam a suscitar amores, mas também ódios, encontrando-se uma divisão latente entre os que consideram que foi um patriota e os que intitulam-no um "hispanizado". Esta dicotomia é bem exposta por Carlos Eduardo Soveral quando refere que o escritor ainda não recebeu a devida ponderação, em virtude de se encontrar entre dois fogos: a antipatia da crítica lusa e a indiferença da espanhola (Soveral, 1989:1052).

Ao ler esta publicação os leitores poderão levantar duas questões: o porquê de fazer agora uma análise à vida e obra do escritor e o porquê de ser publicado no âmbito da Rota do Românico, através do Centro de Estudos do Românico e do Território.

Sucede que a maioria dos estudos realizados tem ficado pelo campo do ensino e da investigação universitária, conduzindo a que a maior parte dos portugueses não conheça Manuel de Faria e Sousa. Paralelamente, esses estudos transmitem uma visão parcelar sobre a sua vida ou obra. Não há um trabalho exaustivo que faça a relação com o período histórico em que viveu, com a terra natal, com as famílias da região, analisando conjuntamente os seus trabalhos históricos e poéticos. Este acaba por ser um dos objetivos deste trabalho. Com base numa revisão de literatura e contrapondo visões antagónicas, procuramos chegar a um consenso sobre quem foi este português que viveu a maior parte da sua vida em Espanha, ao mesmo tempo que tentamos que este autor chegue a um público mais vasto e heterogéneo.

Simultaneamente, e procurando responder à segunda questão, a sua vida e obra estão intimamente relacionadas, sob o ponto de vista histórico, com o projeto turístico-cultural da Rota do Românico. Em primeiro lugar, o contexto da crise sucessória: o cardeal D. Henrique, que sucedeu a D. Sebastião, e D. António, prior do Crato, que perdeu o trono para Filipe II de Espanha, foram abades comendatários nos Mosteiros de Paço de Sousa, em Penafiel, e de Pombeiro, respetivamente. Em segundo lugar, Manuel de Faria e Sousa viveu parte da vida em Pombeiro tendo tido uma relação especial com o Mosteiro de Santa Maria: aqui foi batizado, aprendeu as primeiras letras e descansa para a eternidade.

Tendo em atenção que a Rota do Românico pretende divulgar o património do território do Tâmega e Sousa, promovendo o turismo cultural, todo o contexto histórico em redor do escritor encaixa-se neste objetivo. Dando a conhecer este felgueirense e o património cultural com ele relacionado, promove-se o românico, incentivando-se a curiosidade e posterior visita ao Mosteiro de Pombeiro e aos restantes monumentos integrantes do projeto.

Manuel de Faria e Sousa teve sempre colegas e amigos ao seu lado que o ajudaram nos desafios que lhe eram colocados. O mesmo aconteceu com a realização deste trabalho, cujo resultado não se deve unicamente a uma pessoa mas a várias. De destacar o Dr. José Valle de Figueiredo que, ao lhe confidenciarmos este nosso desejo, logo se prontificou a ajudar e a prefaciar esta obra.

De mencionar, também, o contributo de Fernando José Bacelar, da Casa de Valmelhorado, e de João Moraes Sarmento, da Casa das Portas, pela disponibilidade demonstrada para a realização desta publicação.

Por fim, um agradecimento especial à VALSOUSA e aos meus colegas da Rota do Românico pelo apoio dado para a concretização deste livro.

Sessenta anos de domínio filipino

A vida e obra de Manuel de Faria e Sousa inserem-se numa das épocas mais conturbadas da história de Portugal, demarcada entre 1578 e 1668.

O desaparecimento do rei D. Sebastião[1] na batalha de Alcácer-Quibir, a 4 de agosto de 1578, sem deixar descendência, foi o início de uma crise dinástica, colonial e económica que teve o seu epílogo a 1 de dezembro de 1640.

Após solução temporária na figura do cardeal D. Henrique[2] – que, entre 1536-1540 e 1560-1567 exercera as funções de abade comendatário no Mosteiro de Paço de Sousa (Rosas *et al.*, 2008:268) – a sua morte, em 1580, fomentou uma corrida ao trono português com três candidatos: Filipe II de Espanha[3], D. Catarina de Bragança[4] e D. António (1531--1595), prior do Crato, que tinha sido o último abade comendatário do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro.

Dos três candidatos damos especial destaque, por razões óbvias, a D. António.

Cardeal D. Henrique
e D. António, prior do Crato.
Gravura de Melchior Tavernier.

1 Nascido a 20 de janeiro de 1554, era neto de D. João III e foi rei de Portugal entre 16 de junho de 1557 e 4 de agosto de 1578, data do seu desaparecimento em Alcácer-Quibir. Ficou conhecido com o cognome de *O desejado* (Oliveira, 2009:476).

2 Prelado português (1512-1580), filho de D. Manuel I e de D. Maria de Castela. Desde cedo seguiu a carreira eclesiástica. Subiu ao trono após a morte de D. Sebastião (Oliveira, 2009:267).

3 Monarca espanhol (1527-1598) e rei de Portugal com o título de Filipe I entre 1581 e 1598 (Maurício, 1999:6).

4 Infanta portuguesa (1540-1614), foi pretendente ao trono português por ser neta de D. Manuel I (Oliveira, 2009:143).

A sua Comenda[5] no Mosteiro de Pombeiro iniciou-se a 23 de julho de 1561, quando toma posse através do procurador padre Simão Álvares Ferrão. Três anos depois, em março de 1564, D. Sebastião concede-lhe alvará para apresentar pessoa hábil para exercer o ofício de escrivão público e judicial do Couto de Pombeiro para fazer tombos, demarcações, contratos, escrituras e emprazamentos no Mosteiro (Meireles, 1942:41). Estes dois acontecimentos são sintomáticos para realçar o pouco interesse de D. António pelos afazeres do Mosteiro, em que o seu objetivo principal seria, porventura, apossar-se das rendas de Pombeiro[6]. Não é de estranhar que, com a subida do jovem monarca ao trono português, D. António seja empossado como governador de Tânger. Como resultado do exercício desta função, começam a ouvir-se críticas ao facto de o abade comendatário não reservar “hum minuto de tempo aos cuidados da prelazia de Pombeiro” (Meireles, 1942:43). Não admira que, em 1578, o Mosteiro se encontrasse em estado ruinoso e lastimoso, segundo frei António de Assunção Meireles.

Nesse mesmo ano, D. António participa na batalha de Alcácer-Quibir onde é feito prisioneiro. Uma vez resgatado, as suas atenções voltam-se para a sua candidatura ao trono português ficando, novamente, para segundo plano a gestão do Mosteiro. Como resultado deste desleixo, a 23 de novembro de 1579, D. António é privado de todas as honras, jurisdições, privilégios, rendas, graças e outras mercês concedidas pelos reis antecessores ao Mosteiro de Pombeiro (Meireles, 1942:44).

5 Benefício concedido a cavaleiros de ordens militares. Porção de terra com que se recompensam serviços, com obrigação de defesa contra inimigos e malfeitores (Dias, 2011:173).

6 Segundo Geraldo Coelho Dias, no século XVI, os Mosteiros de Santo Tirso, de Pombeiro e de Paço de Sousa formavam o trio dos mosteiros beneditinos mais ricos ou com posses mais alargadas, não sendo de admirar o interesse dos abades comendatários em se apossar das suas riquezas, como foi o exemplo de D. António (Dias, 2011:153).

D. Sebastião. Gravura de Cristóvão de Morais.

V ELREY FAÇO SABER aos que este meu Aluara virem, que eu mãdey passar em Thomar aos.2 6. dias do mes de Abril de 1 5 8 1. hũa Prouisão per que mandey aos Senhores de terras, Alcaides mòres, & às mais Iustiças, & aos Fidalgos, Caualleiros, & a todas as outras pessoas de meus Reynos, que prẽdessem, & fizessem prender a Dom Antonio Prior que foy do Crato, & a todos os que com elle andassem, & que nenhũa pessoa o seguisse, nem acompanhasse, nẽ agasalhasse, nem encobrisse, antes sabendo onde estaua o fizesse saber às Iustiças, nem lhe escreuesse, nem recebesse cartas, nem recado seu, sob as penas na dita Prouisão conteudas, & ora sou informado, que algũas pessoas não guardando a dita Prouisão, nem se lembrando da antigua lealdade q̃ sempre os Portugueses tiuerão a seus Reys, fauorecem por obra, & palaura, a rebelião do dito Dom Antonio, & aos mais culpados no dito crime, & falão nas ditas materias algũas cousas contra meu seruiço, & recolhem, & encobrem os culpados nellas, & sabendo algũas cousas que tocão à dita rebelião, & são contra meu seruiço, & contra sua obrigação, & lealdade, as não declarão, nem manifestão, como são obrigados, o que todo he muyto meu desseruiço, & contra sua obrigação, & lealdade. Pello que querendo eu nisso prouer, conformandome com a dita Prouisão, & com o que as Leys deste Reyno, & dereito comum neste caso despoem, declaro que nenhũa pessoa de qualquier estado, & condição que seja, não podia, nem pode escreuer, nẽ dar auisos, nem conselhos ao dito Dom Antonio, nem a seus sequaces, nem lhes podia, nem pode mandar mantimentos, nem dinheiro, nem per outra qualquer via dar ajuda, fauor, ou conselho, & que fazendo o contrairo tem encorrido, & encorre em todas as penas estatuydas per direito contra os q̃ cometem crime de lesa magestate da primeira cabeça, & assi declaro, &

Alvará de Filipe I mandando prender D. António, prior do Crato, e aqueles que o seguissem.

mando que vindo a noticia de algũa pessoa q̃ se tractão as ditas cousas em meu desseruiço, ou se tractarão, o descubrão, & manifestem logo as minhas Iustiças para nisso prouerem, como conuem: & que aos culpados nos ditos crimes não recolhão, nem encubrão, nem per qualquer via que seja lhes dé ajuda, nem fauor, antes com toda diligencia procurem de os prender, & que outrosi não fallem nestas materias cousas que sejão contra meu seruiço, ou em fauor dos sobreditos, porque não o fazendo asi, mando que se proceda contra suas pessoas, & bẽes com todo o rigor que as Leys & minhas ordenações nos tais casos despoem, de modo que a elles fique em castigo, & a outros em exemplo. Pello que mando a todos meus Desembargadores, & Iustiças de meus Reynos & Senhorios, que cumprão, & fação inteiramẽte comprir este meu Aluara como nelle se contem. E mando aos Corregedores de minha Corte, & aos Corregedores do Crime da Cidade de Lixboa, & aos Corregedores das Comarcas, Ouuidores dos Mestrados, & aos Ouuidores das terras onde os Corregedores não entrão per correição, que tirẽ deuassa das pessoas que forem culpadas nestes casos, & prendão os culpados, & acabadas de tirar as deuassas, antes de proceder, enuiarão os treslados dellas à Mesa do despacho dos meus Desembargadores do Paço, para mandar proceder contra os culpados como for justiça, & meu seruiço, o que cada hũ dos ditos Corregedores, & Ouuidores comprirá inteiramente, entendendo que não o fazendo asi, & não fazendo diligencia, mandarey perguntar por isso na residencia que cada hum delles der. E mando ao Doctor Symão Gonçaluez Preto do meu Conselho, & Chanceller Mór de meus Reynos, que faça publicar este meu Aluara na Chancellaria, & enuie os treslados delle sob meu sello & seu signal, a todos os ditos Corregedores das Comarcas, & Ouuidores, para cada hum o fazer publicar em suas Correições, & Ouuidorias, pera que venha a noticia de todos, & elles o cumprão, & fação o q̃ por elle mando, o qual se registará no Liuro que anda na Mesa do despacho dos meus Desembargadores do Paço, & nos Liuros dos Registos das Relações das Casas da Supplicação, & do Porto. E este Aluara quero que valha, tenha força & vigor, como se fosse Carta feita em meu nome, & assellada cõ o meu sello pendente, sem embargo da Ordenação do segundo Liuro titulo vinte, que diz, que as cousas cujo effeito ouuer de durar mais de hum anno, passem por cartas, & passando por Aluaras não valhão. Esteuão Dagama o fez em Madrid, a quinze de Feuereiro de 1588.

EL REY.

O problema da sucessão só ficou resolvido nas Cortes de Tomar, de 17 de abril 1581, onde Filipe II de Espanha foi aclamado rei de Portugal, com o título de Filipe I. Desta solução resultou a formação da União Ibérica, em que os dois reinos seriam governados por um mesmo soberano. Porém, para a concretização desta União, Filipe I teve de prometer, sob juramento, que o reino português manter-se-ia como um Estado à parte, que zelaria pelos interesses do país, respeitaria as leis, os usos e os costumes nacionais (Godinho, 1990: 307).

De facto, nos primeiros tempos do seu reinado, Filipe I respeitou o compromisso assumido nas Cortes de Tomar, o que aliado a outras iniciativas, como a autonomia administrativa do reino face a Espanha e apoio financeiro à Nobreza e ao Clero nacional, ajudou que o sentimento anti-espanhol fosse diminuindo (Infopédia, 2023).

Sucede que, com o passar do tempo, essas promessas foram sendo esquecidas por quem as jurou, desrespeitadas pelo seu sucessor, Filipe II[7], e completamente menosprezadas por Filipe III[8] (Godinho, 1990:307). Como resultado, a situação governamental, social, económica e colonial ficou caótica.

A nível governamental, e apesar de ter ficado estabelecido que Portugal seria um Estado à parte, na prática, os governos nacionais limitavam-se a cumprir com as ordens emanadas de Madrid, passando a ideia de que o país não passava de mais uma província espanhola. Ao mesmo tempo, o reino sofria com os desprezos, humilhações e extorsões dos agentes enviados de Madrid (Ribeiro, 2004:10).

7 Rei de Portugal entre 1598 e 1621 e de Espanha (com o título de Filipe III (Maurício, 1999:8).

8 Rei de Portugal entre 1621 e 1640 e de Espanha (com o título de Filipe IV, entre 1621 e 1665) (Maurício, 1999:10).

Filipe I de Portugal. Gravura em *Epitome de las historias portuguesas.*

Socialmente, a situação também não era das melhores. Os cidadãos nacionais perderam privilégios, os nobres de valia eram obrigados a irem para Madrid, acontecendo o mesmo com os burgueses ou, em alternativa, tinham de se retirar para outros países (Ribeiro, 2004:10). O clero, em dificuldades, tornou-se presa fácil para a corrupção. Já o povo encontrava-se no desemprego e na mendicidade (Godinho, 1990:307).

Economicamente verificou-se a diminuição da atividade comercial, em consequência das guerras estrangeiras de Espanha, e o aumento dos impostos que agravavam a pobreza no reino. Em 1632, o juiz do povo de Lisboa mostrou ao rei que os portugueses pagavam mais tributos que os espanhóis (Ribeiro, 2004:10). Em 1634, com a nova governação liderada pela duquesa de Mântua[9] houve um aumento brutal dos impostos, expresso no alargamento a todo o país do imposto real da água e o aumento em 25% da capitação da sisa (Ribeiro, 2004:12).

Em termos militares, o reino não tinha um exército capaz de defender os territórios nacionais e ultramarinos. Não havia armas, munições, nem soldados. Mas, pelo contrário, os Filipes arrancavam sucessivas levas de gente nacional para as guerras em que os Habsburgos de Espanha e Áustria se empenhavam contra os franceses, ingleses, holandeses, dinamarqueses ou alemães (Ribeiro, 2004:10).

Simultaneamente, todo o Império colonial português atravessava momentos difíceis com as investidas militares de diversos reinos contra posições portuguesas no Brasil, África e Oriente.

No Brasil, tivemos ataques constantes dos holandeses: em 1624, tomam posição na Bahia; em 1627, o almirante Piet Heyn[10] ataca o litoral brasileiro; em 1630, Olinda e Recife são ocupadas; em 1634, é a vez de Paraíba e, em 1635, cai Pernambuco (Godinho, 1990:314).

Em África, os holandeses apoderam-se de São Jorge da Mina (1637) e de Arguim (1638), com perdas no ouro africano, no tabaco e açúcar. Em Angola, o comércio de escravos é também ameaçado (Godinho, 1990:315).

No Oriente, os ataques são inúmeros e de vários povos: os holandeses atacam Macau, Goa e Malaca; os persas atacam Ormuz (1622); os ingleses atacam Ceilão em 1630; Mombaça é atacada pelos árabes em 1631 e, em 1634, o Japão fecha o comércio de Portugal com Macau, interrompendo-se assim o comércio de prata e seda chinesa (Godinho, 1990:314).

Paulatinamente, o país começou a perder o monopólio comercial no Brasil, mas também na Ásia e África, resultando na perda de receitas para a coroa, nobreza, clero e burguesia nacionais.

Contrariamente ao que se possa pensar nem tudo corria mal. Na literatura e nos espetáculos em geral existia prosperidade e vivacidade, apesar de, durante muito tempo, ter sido passada a ideia, pelo pensamento romântico, que as *sombras* também se abateram sobre estas áreas.

Segundo Veríssimo Serrão, durante os reinados dos Filipes, a prosa e o verso obtiveram largas audiências, revelando aprimorado gosto e valioso conteúdo (Serrão, 1980:426). As obras de Diogo Bernardes[11] ou Francisco

9 De nome próprio Margarida de Saboia (1589-1656), foi vice-rainha e representante da coroa espanhola em Portugal (Oliveira, 2001:1144).

10 De nome original Pieter Pieterzoon (1577-1629), foi um oficial naval holandês responsável por diversas investidas navais contra as armadas espanholas (NEB, 1997:908).

11 Poeta renascentista (1530-c.1605) com obra expressa em cartas, canções, sonetos e éclogas. Natural de Ponte da Barca, é considerado o poeta do Lima, escrevendo sobre a paisagem envolvente desse rio. Esteve com D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir, sendo resgatado do cativeiro em 1581 (Oliveira, 2009:92).

Rodrigues Lobo[12] são exemplos desse dinamismo literário vivido.

No teatro e comédia, sobretudo os relacionados com temáticas profanas, as populações acorriam a eles, sendo a coroa obrigada a satisfazer os constantes pedidos. Os fogos de artifício foram uma outra distração muito popular de então (Serrão, 1980:428-430).

Um outro aspeto positivo do governo dos Filipes foi a atenção dispensada à fundação e restauro de mosteiros, igrejas e capelas, conforme os estilos arquitetónicos vigentes. Dois exemplos de espaços religiosos objetos de restauros foram a Igreja de São Gonçalo, em Amarante (Serrão, 1980:432), e o Mosteiro de Santa Maria, em Pombeiro, que, após visitação ao edifício ordenada por Filipe I, em 1589, conduziu à reforma do Mosteiro de Pombeiro, com a construção das torres da fachada ocidental e a renovação do claustro e dormitórios (Rosas, Rocha e Barros, 2008:303, 312).

Contudo, estes benefícios eram diminutos diante da perda de independência nacional. Perante um panorama de miséria e subjugação a Espanha, as razões que haviam justificado a união das duas coroas estavam ultrapassadas, sendo os Filipes olhados como usurpadores da coroa portuguesa.

O descontentamento final foi o plano do conde-duque de Olivares[13] de usar tropas portuguesas contra a revolta do povo catalão, que estava igualmente descontente com a política filipina para o seu território.

Este mal-estar estimulou a organização de um movimento conspirador para a recuperação da independência, onde estavam presentes elementos do clero e da nobreza.

Um estímulo decisivo para se avançar contra Espanha foi o importante apoio recebido de França. O cardeal Richelieu[14] encarregou o cônsul Saint-Pé[15] de se deslocar a Lisboa para prometer ajuda em caso de revolta (Ribeiro, 2004:19).

Animados pelo apoio estrangeiro e pela necessidade de sair do jugo espanhol, no dia 21 de novembro, no Palácio dos Duques de Bragança, em Lisboa, estabeleceu-se o plano de ação e marcou-se o dia e a hora: seria no dia 1 de dezembro, pelas 9 horas da manhã (Ribeiro, 2004:23).

Aproveitando a deslocação de tropas e de atenções para a revolta da Catalunha, no dia estabelecido, um grupo de fidalgos, que ficaram conhecidos por *Os conjurados*[16], invadiram o Paço da Ribeira – onde residia a duquesa de Mântua – matando o seu secretário, Miguel de Vasconcelos[17]. De seguida, o grupo restaurador veio à janela proclamar D. João[18], duque de Bragança, como rei de Portugal.

12 Natural de Leiria (1580-1622), foi discípulo de Luís de Camões. Escreveu inicialmente em castelhano, com influências de Luís de Gôngora y Argote. Dedicou-se a diversos géneros literários. *Éclogas* e o poema épico *O condestabre* são as suas obras mais representativas (Belchior, 2001:156).

13 De seu nome Gaspar de Guzmãn y Pimentel (1587-1645), foi ministro de Filipe IV de Espanha (III de Portugal), seguindo uma política absolutista (Pestana, 2001:686).

14 De seu nome Armand Jean du Plessis (1585-1642), foi prelado e ministro do rei francês Luís XIII (Mourre, 1998:1164).

15 Cônsul francês em Portugal entre 1637 e 1638. Após a Restauração, o cardeal Richelieu mandou-o novamente ao nosso país para reafirmar o apoio francês, voltando, em 1641, a exercer o cargo de cônsul na capital portuguesa (Azevedo, 1979:214).

16 A tradição histórica informa que *Os conjurados* eram formados por quarenta nobres. De facto, o grupo de restauradores era mais numeroso, sendo constituído por setenta e um fidalgos e trinta e seis nobres. Dos primeiros referidos, cerca de quarenta provinham de linhagens fidalgas antigas (Ramos, 2009:296).

17 Político português (c.1590-1640) nomeado escrivão da Fazenda do Reino em 1634 pelo conde-duque de Olivares. Um ano depois, a duquesa de Mântua nomeia-o secretário de Estado. Apoiado por Madrid, aplicou ao povo português pesados impostos (Pestana, 2003:108).

18 D. João (1604-1656) era, desde 1630, o oitavo duque de Bragança. Com a Restauração foi aclamado rei com o título de D. João IV, *O Restaurador* (Oliveira, 2009:279).

Os espanhóis deram pouca resistência, sendo a última fortaleza – a de São Julião da Barra – a render-se no dia 12 de dezembro. No dia 15 do mesmo mês, na Sé de Lisboa, novo rei era coroado com o título de D. João IV (Ribeiro, 2004:26). Dava-se assim início à Restauração da Independência Portuguesa que teria o seu capítulo final a 13 de fevereiro de 1668 com a assinatura do Tratado de Lisboa, onde Carlos II de Espanha[19] reconhece oficialmente a independência nacional.

A Restauração tornou-se num movimento coletivo nacional vivido desde Trás-os-Montes ao Algarve até às colónias portugueses. Foi, inclusive, festejado um pouco pelo mundo, onde houvesse inimigos de Espanha (Serrão, 1980:11).

Mas, este movimento não constituiu unicamente uma série de ações para nos libertar do domínio espanhol. Trouxe uma novidade: a tomada de consciência do sentimento nacional expressa por vários escritores como D. Francisco Manuel de Melo[20] ou o padre António Vieira[21] que transmitiam o espírito de libertação e do orgulho em ser português (Serrão, 1980:12).

D. João IV. Gravura de Manuel Valentim Rodrigues.

19 Rei de Espanha entre 1665 e 1700.

20 Prosador, poeta, historiador e diplomata português (1608-1666) (Buescu, 2001:642).

21 Jesuíta, orador e escritor (1608-1697). Autor dos famosos sermões dos escravos e de Santo António aos peixes (Mendes e Pires, 2003:476).

Biografia de um cidadão do mundo

Manuel de Faria e Sousa nasceu na Quinta do Souto[1], paróquia de Pombeiro, concelho de Felgueiras, a 18 de março de 1590 (Sousa, 1646:684).

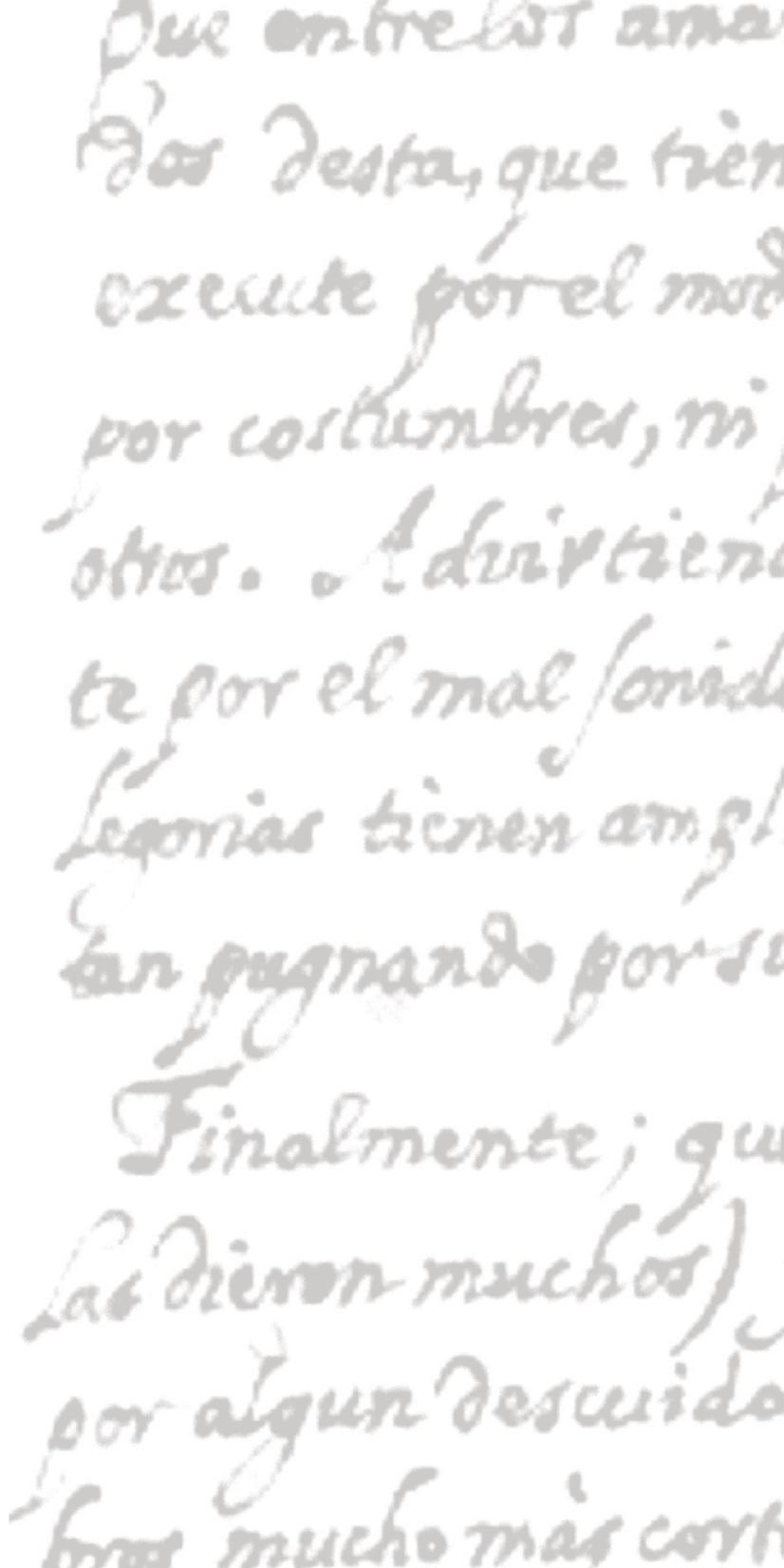
A sua infância não começou da melhor maneira. Tendo a sua mãe ficado gravemente doente com uma maleita raríssima, contagiando o seu próprio filho, ele foi criado por uma ama. Esta moléstia, sobre a qual nada se sabe, atacou-o durante algum tempo, como nos relata o seu biógrafo, Francisco Moreno Porcel (1650:13).

A somar a estes infortúnios, surgem as diabruras inerentes da infância. Um dia, o pequeno Manuel decidiu ir a um moinho de uma lavradora vizinha e resolveu, na sua inocência, meter as mãos no olho da roda de moer, magoando-se (Moreno Porcel, 1650:13).

Mas, estes azares foram rapidamente suplantados pelo talento que prematuramente se começava a evidenciar. Durante a instrução primária, as suas qualidades de artista manifestaram-se logo na forma perfeita da sua caligrafia e na habilidade para o desenho à pena (Serrão, 1992:6), parecendo desenhos feitos a pincel, pelo que alguns deles foram apreciados por insignes mestres da pintura (Correia *et al.*, 1942:930).

Começou por estudar rudimentos de gramática latina com o pai, seu "paternal maestro" (Sousa, 1644:204). Com o intuito de se aperfeiçoar e, ao mesmo tempo, iniciar

1 Vários autores como Francisco Moreno Porcel (1650:2), Ruy d'Abreu Torres (1990:76) e Joaquim Veríssimo Serrão (1992:6) escrevem que ele nasceu na Quinta da Caravela, propriedade da sua família, como veremos mais adiante. No entanto, a versão mais credível é o seu nascimento na Quinta do Souto, sendo o próprio Manuel de Faria e Sousa que o afirma no *Nobiliario del conde de Barcellos*, de 1646. A confusão acerca deste assunto poderá estar relacionada com o facto de a família ter vivido na da Caravela e as duas propriedades serem próximas em termos geográficos.

Portugal e Espanha em 1585. Gravura de Abraham Ortelius.

no seria menos escrupuloso que las Deidades del Poeta para representar a Christo, i a la Iglesia, i a los Angeles, i a las Virtudes. si se uviesse de estar siempre con el temor de quatro ignorantes, i no con el zelo de todo el resto.

66. Que entre los amantes de las grandes tareas por estudios, ay mucho sentimiento de verse privados desta, que tienen por tal. I que si uviere algo que aya menester declaracion, o borron, se execute por el modo acostumbrado con los otros Escritores, que ni por creencia, ni por partes, ni por costumbres, ni por estudios, ni por empleos, merecieron mejor tratamiento unos, ni tanto otros. Advirtiendo que en materias tan graves en la esfera poetica, no se juzga tan rigurosamẽte por el mal sonido de una voz, o de un nombre gentilico, si no por lo Real. I que la Poesia, i alegorias tienen amplissimas licencias, que no ofenden a la pureza Religiosa; i menos estas que estan pugnando por su apoyo con grande zelo.

67. Finalmente; que teniendo este libro tanto benemerito de darle gracias a su Autor (como se las dieron muchos) ya que este Santo Tribunal no le diò algunas, se sirva de no darle tãta pena por algun descuido; pues no ay Autor que no tenga alguno en materias menos dificiles, i en libros mucho màs cortos. I se sirva de no hazerle grande por desdichas, ya que Dios no le hizo de los muy pequeños por partes estimables. Con que, juntas estas razones todas al piadoso zelo deste Santo Tribunal, i a lo Ilustre de los Ministros que oy tiene, espera el Autor respuesta que sea vergonçosa confusion para las acusaciones; luz i alabança para los aciertos; i para si, restitucion de honra, que iguale en los medios con q̃ se le restituyere, a los con que se le quitò.

68. Estas, pues, son las luzes que guiaron al Autor, i con que espera la gracia que pide. Si son buenas, vivan i resplandezcan en las Aulas de las catolicas enseñanças. I si nò, el Autor es el primero que se levanta a apagarlas, prontissimo a acetar las mejores. En Madrid a 10. de Julio de 1640.

Manuel de Faria i Sousa

uma carreira eclesiástica, segundo vontade familiar, foi em 1600, com cerca de dez anos de idade, estudar humanidades para Braga (Serrão, 1992:6). Para além desta versão avançada por Joaquim Veríssimo Serrão, existe uma outra defendida por Camilo Castelo Branco que informa que ele terá iniciado o noviciado não em Braga, mas no Mosteiro beneditino de Refojos de Basto, sendo protegido pelo bispo do Porto, D. Francisco Gonçalo de Morais[2] (Castelo Branco, 1900:131).

Independentemente do local onde iniciou os estudos religiosos, o seu empenho e a grande prudência que demonstrava, não passaram despercebidos, tendo, em 1604, entrado como secretário ao serviço do já referido bispo do Porto, onde serviu durante uma década (Moreno Porcel, 1650:15).

O tempo que viveu na cidade portuense foi bem aproveitado para dar azo à sua veia literária, uma vez que começou a escrever as primeiras rimas e poemas (Moreno Porcel, 1650:18).

Sucedeu que, com o passar do tempo e apesar de estar orientado para a carreira eclesiástica, Manuel de Faria e Sousa decidiu abandonar esses estudos (Torres, 1990: 76), deixando-se envolver cada vez mais pela poesia e também pela beleza feminina. A partir de então, começou a dedicar-se à produção de versos que, mais tarde, queimou por os julgar indignos de se publicarem (Correia *et al.*, 1942:930). Com base em narrações históricas, Manuel de Faria e Sousa amou três mulheres ao mesmo tempo, estando indeciso com quem casar. Uma chamava-se Cândida, tinha olhos azuis e era natural de Lisboa. *Pálida* seria a alcunha de uma outra, devido à cor da pele. Esta tinha olhos pretos e residia na região do Porto. Por fim, a terceira rapariga tinha olhos verdes e era de Vizela (Castelo Branco, 1900:133), terra próxima do local onde nasceu o escritor. Após renhida seleção, nomeadamente ao nível da beleza dos olhos das candidatas, o pretendente optou por escolher a dos olhos pretos, D. Catarina Machado. O enlace aconteceu em 1614, na freguesia de Bougado (Correia *et al.*,1942:930).

Passados quatro anos após o enlace, o autor deixa a cidade do Porto e vai viver com a sua mulher e filhos para a sua terra natal, para junto de seus pais, na Quinta da Caravela, dedicando-se a partir desta data à agricultura e à leitura.

Porém, esta sua passagem por Pombeiro foi curta. Desejoso de altos cargos, no ano seguinte, parte para Madrid para ocupar a função de secretário particular de Pedro Álvares Pereira[3], que desempenhava o cargo de secretário do Conselho de Estado de Filipe III de Espanha, para os negócios de Portugal. Ainda nesse ano de 1619, acompanha Filipe III de Espanha a Lisboa (Castelo Branco, 1900:133). Passados alguns anos, e em virtude

2 Um dado relevante e que torna credível esta teoria é o facto de este prelado ter estudado em Refojos de Basto (Dias, 2002:366), freguesia atualmente integrada no concelho de Cabeceiras de Basto. Como Manuel de Faria e Sousa foi protegido por este bispo, poderá ter-se dado a situação de ter optado por escolher o Mosteiro onde o seu protetor estudou. D. Gonçalo de Morais (1543-1617) foi o único monge beneditino que chegou a bispo do Porto, entre 1602 e 1617, tendo sido o seu 56.º bispo (Dias, 2002:366). Foi um religioso austero, piedoso e culto. Segundo Camilo Castelo Branco (1900:131), foi um dos prelados portugueses mais afeiçoados a Espanha, especialmente durante o reinado de Filipe III de Espanha (II de Portugal).

3 Político português (c.1560-1628?) que recebeu o título de conde de Muge, criado para esse propósito por Filipe IV de Espanha (III de Portugal) (Correia *et al.*, 1942:102).

da morte do conde de Muge, Manuel de Faria e Sousa regressou à pátria (Correia *et al.*,1942:930), indo viver para a cidade de Lisboa, onde permaneceu entre 1628 até finais de 1631.

Apesar do regresso forçado, o prestígio entretanto granjeado permitiu-lhe sonhar com novos desafios. Para a concretização dos seus sonhos teve a colaboração do marquês de Castelo-Rodrigo, D. Manuel de Moura Corte-Real[4], que lhe prometeu ajuda. É neste contexto que devemos entender as recusas do escritor em exercer dois cargos que lhe foram propostos: em 1628, foi chamado por D. Afonso Furtado de Mendonça[5], arcebispo de Lisboa e governador do reino, que ao ouvir falar muito bem "das partes, talento e costumes" de Manuel de Faria e Sousa convidou-o para o cargo de secretário de Estado da Índia (Serrão, 1992:6). Mas, a proposta não foi aceite porque o marquês de Castelo-Rodrigo opôs-se, pois considerou um cargo baixo para Manuel de Faria e Sousa. Igual posição teve com a proposta que lhe foi apresentada para exercer as funções de secretário de Francisco de Lucena[6] (Correia *et al.*, 1942:930).

Acontece que este ano de 1628 ficaria marcado, também, pela doença, ao ter "contrahido a surdez" (Machado, 1752:254) e que veio atormentar o resto da sua vida.

De mencionar que, neste regresso a Portugal, fez a sua última visita à freguesia onde nasceu, entre 1630 e 1631.

Após espera de cerca de três anos, surge-lhe um desafio aliciante. Tendo o marquês de Castelo-Rodrigo sido nomeado embaixador do reino junto do papa Urbano VIII[7] e insistindo com Manuel de Faria e Sousa para o acompanhar como secretário da embaixada, este último parte com a família rumo à capital italiana, em outubro de 1631 (Moreno Porcel, 1650:22). Ocorre que a viagem foi atribulada. Parte do trajeto foi realizado de barco e no golfo de Leão a embarcação deparou-se com uma tempestade, tendo sido ordenado o recolher de todas as mulheres que iam na popa da embarcação para um local mais protegido. Pelo que nos narra o seu biógrafo, a mulher de Manuel de Faria e Sousa, D. Catarina, resistiu à ordem enfrentando a tempestade e o destino proferindo: "He de estar en mi puesto, a ver de que color, y semblante es la muerte" (Moreno Porcel, 1650:22). Apesar desta tormenta, todos chegaram sãos e salvos, a 17 de novembro, à cidade italiana de Génova (Moreno Porcel, 1650:22). Mas, o infortúnio continuava a seguir esta família. Nesta cidade perderam um filho (Sousa, 1646:684), provavelmente o mais novo, de nome Juan Baptista[8].

4 Nobre português (1590-1651), foi o 2.º marquês de Castelo-Rodrigo, senhor da vila de Lamegal, das honras de Paços de Ferreira e de Baltar e capitão donatário das ilhas Terceira, São Jorge, Faial e Pico (Correia *et al.*, 1942:204).

5 Prelado português (1561-1630) e arcebispo de Lisboa entre 1626 e 1630. Exerceu o cargo de governador do reino desde junho de 1625 até à sua morte (Correia *et al.*, 1942:1008).

6 Natural de Vila Viçosa (c.1578-1643), foi a partir de 1614 secretário do Conselho da coroa de Portugal. Após a Restauração foi escolhido para secretário de Estado (Oliveira, 2009:315).

7 De seu nome Maffeo Barberini (1568-1644), foi nomeado papa em agosto de 1623 (Mourre, 1998:1432).

8 Manuel de Faria e Sousa, na obra *Nobiliario del conde de Barcellos*, refere que um dos seus filhos nasceu em Itália e que "el postrero" (Sousa, 1646:684) – que pode ser traduzido como o último – morreu em Génova. Tendo em atenção que o último filho nascido foi Juan Baptista, terá sido este que faleceu, por razões desconhecidas, pouco tempo depois de nascer.

Após este revés, em junho de 1632, a família parte para Roma (Moreno Porcel, 1650:22), onde iria permanecer alguns anos. Neste período temporal, o escritor português conseguiu aumentar a sua experiência diplomática e política, para além de ter tido a possibilidade de conhecer o ambiente intelectual desta cidade italiana (Serrão, 1992:6). Um exemplo dessa experiência adquirida foram os contactos com a Cúria romana. A pedido do conde de Castelvilani, camareiro-mor do papa, chega a escrever um poema à coroação do sumo pontífice:

> "Ardiente impulso de cantar me inflama,
> soberano esplendor, que al Orbe admira
> i del propio motivo que me llama,
> un temor reverente me retira.
> Mas, o tu URBANO, assunto de la Fama,
> porque cante de Ti, de Ti me inspira
> aliento sacro, i luego mi instrumento
> presumirà cantarte con tu Aliento."[9]

O certo é que acabou por ser tratado com distinções especiais por Urbano VIII (Torres, 1990:76), tendo este recebido Manuel de Faria e Sousa em audiência no dia 14 de setembro de 1633. Perante sua santidade, Manuel de Faria e Sousa discursou que "esta mi pequeñez, assi como se podia esperar del proprio Christo que representa, quando dixo a sus grandes, que dexassem llegar a los pequeños" (Moreno Porcel, 1630:23).

De seguida, o papa elogiou o escritor português, louvando o seu entusiasmo e elegância (Correia *et al.*, 1942:930).

9 In *Fuente de aganipe*: parte segunda, poema 10 – *Coronacion del santis PP. Urban VIII*, estanc. 110.

Por razões ainda não inteiramente apuradas, entre os anos de 1633 e 1634, decidiu voltar para Madrid para se consagrar exclusivamente às letras. António Correia *et al.* (1942:930) apontam razões de saúde para o regresso, enquanto Lopes d'Almeida (1945: XXV) justifica com o facto de Manuel de Faria e Sousa estar desiludido com a passagem pela cidade romana, em virtude de não ter realizado a atividade para a qual ia destinado.

Porém, o regresso a Madrid não aconteceu como esperado. Após viagem de barco, com desembarque em Barcelona (Moreno Porcel, 1630:27), ruma para a capital espanhola, onde acaba por ser preso por ordem do rei. Os fundamentos foram apresentados de forma genérica, intitulando-os como inconfidências e participação em intrigas contra os castelhanos, baseando-se em suspeitas e causas originadas na sua assistência em Roma mas que "no conviene referilas", como expôs Francisco Moreno Porcel (1650:27). Proclamada a sua inocência, foi libertado ao fim de três meses, sendo-lhe atribuída uma pensão anual de 60 ducados (Torres, 1990:76), bem como lhe foi marcada residência na corte espanhola (Correia *et al.*,1942:930).

Desiludido com o sucedido, passados alguns meses quis voltar para Portugal, porque se sentia "desengañado del Mundo, no apetecia del otra cosa" (Moreno Porcel, 1650:27). Mas, pelo que informa Camilo Castelo Branco, o conde-duque de Olivares deteve essa intenção. Resignado, deixou-se ficar em Madrid (Castelo Branco, 1900:144).

Por esta altura, Manuel de Faria e Sousa teria cerca de 44 anos de idade, apresentava-se como um homem de estatura mediana, com largo rosto, de cor pálida, como a sua pátria, como expõe Moreno Porcel. Tinha uns grandes olhos negros, um nariz não muito grande, com boca pequena e lábios grossos. O cabelo era castanho e tinha

barba branca. Era robusto e ágil em qualquer exercício (Moreno Porcel, 1650:45).

Lopes D'Almeida complementando o retrato físico do escritor apresentado por Moreno Porcel, afirma que, ao nível da personalidade, era um homem de caráter e obstinado pelo orgulho intelectual, considerando que a sua independência não vinha de benesses ou ofícios, mas dos seus juízos, sendo estes suficientes para impor autoridade (Almeida, 1945:XIII). Era ainda áspero no trato e pouco humano na conversação, desprezando os hábitos de comunicação social, sendo pouco visitado pelos amigos. Termina esta caracterização revelando que ele vivia, na capital madrilena, na austeridade e na miséria (Almeida, 1945:XI).

Como aconteceu em outras ocasiões, Manuel de Faria e Sousa adoeceu novamente. A partir de 1647 fica "enfermo de la orina", sendo atormentado por terríveis dores e consequente degradação do seu estado de saúde nos anos vindouros. Todavia, tolerava a dor com "heroica paciência" (Moreno Porcel, 1650:43). Mas, esta acaba por ser a derradeira enfermidade.

Sentindo a morte a chegar, esperou por ela. Sete dias antes de morrer, escreveu ao seu amigo D. Miguel Batista de Lanuza[10] para se despedir dele, dizendo que morreria dentro de dias, em muito dentro de seis (Moreno Porcel, 1650:43). E certo estava.

Manuel de Faria e Sousa faleceu em Madrid, a 3 de junho de 1649, no dia da festa do Corpo de Deus (Machado, 1752:256), na casa de Félix Machado da Silva Castro e Vasconcelos[11], marquês de Montebelo (Correia *et al.*, 1942:931), onde viveu os últimos seis anos de vida.

Segundo consta, antes de morrer, mandou queimar alguns dos seus manuscritos (Correia *et al.*, 1942:931).

Foi a sepultar no antigo Mosteiro Premonstratense de Madrid, no dia 4 de junho, sendo acompanhado por poucos amigos. A sua sepultura ficou junto do altar, do lado do Evangelho, com o seguinte epitáfio (Moreno Porcel, 1650:47):

"Aqui està Manuel de Faria y Sousa, Cavallero del Orden de Christo, y de la Casa Real; muriò a tres, y fue sepultado a quatro de Junio de 1649".

Para finalizar, convém destacar que, ao longo da sua vida, Manuel de Faria e Sousa foi distinguido com diversas honras, das quais destacamos as de cavaleiro professo da Ordem de Cristo, cavaleiro-fidalgo da Casa Real e comendador pensionário da Comenda de Ródão (Correia *et al.*,1942:931).

10 Cidadão espanhol, cavaleiro da Ordem de Santiago, do Conselho de Sua Majestade, protonotário dos reinos da coroa de Aragão e maestro maior da Casa da Moeda (Moreno Porcel, 1650:3).

11 Nobre português (1595-1662), foi senhor de Entre Homem e Cávado, político, pintor, genealogista e embaixador de Filipe III (IV de Espanha) em Roma. Recebeu deste último o título de marquês de Montebelo (Correia *et al.*, 1942:712).

Manuel de Faria e Sousa, segundo o pintor Fernando Pinto Camelo (Serrão, 1992:6).

Manuel de Faria
e Sousa e Pombeiro

Pombeiro de Ribavizela é uma das freguesias de Felgueiras com mais património, tendo recebido a designação de “freguesia-museu do concelho” por parte do historiador Antonino Fernandes (1989:87). Para além do Mosteiro, sobejamente conhecido, a Fonte de Santa Bárbara, o antigo Seminário de Santa Teresinha, o Paço de Pombeiro, a Casa do Sobrado ou a Calçada Romana são exemplos desse património que faz desta freguesia um local único e encantador para se visitar.

Como anteriormente referido, Manuel de Faria e Sousa nasceu e viveu uma parte da sua vida nesta freguesia. As suas ligações são percetíveis nos laços familiares que ali se constituíram, na sua relação com o Mosteiro de Santa Maria e no amor que tinha à terra, expresso nas suas obras históricas e poéticas.

Relativamente aos laços familiares, o escritor encontra a sua ascendência numa série de famílias ilustres da freguesia e da região que, por sua vez, eram detentoras de casas seculares que fazem parte do património desta localidade.

Manuel de Faria e Sousa foi o primeiro filho de Amador Pires de Eiró, natural da freguesia de Soalhães, no Marco de Canaveses, e fidalgo da Casa Real, e de D. Luísa de Faria. Estes casaram, em 1589, no Mosteiro de Pombeiro e foram senhores das Quintas da Caravela e do Souto, na mesma freguesia, tendo vivido e morrido na primeira. Na obra poética *Fuente de aganipe*, recorda da seguinte forma os seus pais:

> “Pero, como tambien prole notória,
> de aquel Amor de amantes Padres, era;
> dèl própio el próprio Amor ganò vitoria,
> con Ninfa de ameníssima Ribera:
> i desta conjuncion nacio la Madre,
> que supo darme limpio, i cuerdo Padre”[1].

Para além do primogénito, os seus pais tiveram mais sete filhos: António de Magalhaens, Leandro de Faria, Tomás de Faria, Diego de Sousa e Faria, Bento de Faria Homem, Maria de Faria e Inês de Faria. Todos eles tiveram destinos diferentes do irmão mais velho.

António de Magalhaens morreu em Pernambuco a lutar contra os holandeses. Leandro e Tomás de Faria morreram ainda meninos. Diego foi escrivão na Câmara de

1 In *Fuente de aganipe: parte segunda*, poema 12 – *Pátria y vida del autor*, estanc. 110.

Fonte de Santa Bárbara.

Paço de Pombeiro.

Panorâmica do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro.

Viana, executor em Évora e contraiu matrimónio por duas vezes. Por seu turno, Bento de Faria Homem serviu nas armadas do reino, tendo estado em Argel. Quanto às irmãs, Maria e Inês de Faria, a primeira casou-se sem deixar descendência e a outra ficou solteira (Sousa, 1646:683).

Segundo Francisco Moreno Porcel (1650:11), os seus pais tinham "limpias calidades" de uma cabal nobreza, não fossem eles descendentes de grandes famílias. O próprio escritor deixa claro, em *Fuente de aganipe*, o orgulho de pertencer às ilustres famílias dos Sousa e de Valmelhorado:

"A donde los ilustres apellidos
de Sousa, i Homem (siempre memorables)
en un Manuel, de clara Fama unidos,
se unieron a las lises venerables,
i a la constante Torre, que la Fama
mas bella divulgava en bella Dama"[2].

Do ramo materno, o seu bisavô era Manuel de Sousa Homem que herdou de seu pai, Henrique Homem de Sousa, a Casa de Valmelhorado (Freitas, 1985:232, 245, 246). Estes pertenciam à família dos Sousas-Homens[3], uma das mais ilustres e antigas de Entre-Douro-e-Minho, que serviu os monarcas portugueses ao longo de séculos (Moreno Porcel, 1650:11).

A casa desta família situa-se no lugar de Valmelhorado, num planalto sobranceiro ao Mosteiro de Pombeiro. A designação *Valmelhorado* provém de *vale-melioratum* (vale melhorado), ou seja, vale arranjado, acondicionado, apontando-se, desta forma, que este terreno seria um espaço inculto ou árido e que, posteriormente, fora arroteado para ser cultivado (Fernandes, 1952:2).

Uma das alusões mais antigas sobre a Casa de Valmelhorado data de 766, de um emprazamento feito pelo abade D. Hugo de Santa Maria do Sobrado[4] a Domingues Eanes de Vale Melhor (Valmelhorado) (Freitas, 1985:232) de umas bouças de Paio Capelo situadas na "villa Polumbarii" (Gomes, 1996:139).

A arquitetura que encontramos em Valmelhorado não é a que existia em final da Idade Média, princípios da Idade Moderna. Segundo Antonino Fernandes (1989:146), o atual edifício data do século XVIII. Do lado poente, possui um imponente portão, com brasão de armas dos Ribeiro, dos Vieira, dos Homem e dos Teles da Silva, assentando numa cartela de inspiração *rocaille* (Nóbrega, 1997:186), encimado por estátua de guerreiro. Passando este portão, deparamo-nos com um amplo átrio de acesso à casa, através de dois lanços de escadaria, com capela anexa, voltada a nascente. Nas traseiras, um novo lanço de escadas, possuindo pátio, torre, quintal, vinha e acesso para a estrada e casas de lavoura (Fernandes, 1989:146). No interior do solar, no teto do salão nobre temos representado o brasão dos Sousas-Chichorros.

Fazendo uma breve descrição genealógica dos senhores desta Casa devemos começar por recordar, novamente, Henrique Homem de Sousa e o seu filho Manuel de Sousa Homem que foram, respetivamente, trisavô e bisavô de Manuel de Faria e Sousa, pelo lado materno. Seguidamente, Melchior de Sousa Homem sucedeu a seu pai, Henrique Homem de Sousa, em Valmelhorado, tendo casado com D. Brites, da Casa da Torre de Vila Cova da Lixa. Deste casamento nasceu a herdeira de

2 In *Fuente de aganipe: parte segunda*, poema 12 – *Pátria y vida del autor*, estanc. 105.

3 Segundo Gomes Paulino (1996:143), a família Sousas-Homens são os descendentes da nobre família dos Sousões.

4 Santa Maria do Sobrado seria a designação de um cenóbio anterior à construção do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, e que se situava no lugar de Sobrado, nesta mesma freguesia.

Valmelhorado, de nome Mécia ou Maria de Sousa (Freitas, 1985:233), que, posteriormente, casou com Fernão Teles da Silva e Meneses que era filho do sexto senhor de Unhão, Fernão Teles da Silva.

Com o intuito de se proceder a pagamento de dívidas, Valmelhorado terá sido objeto de venda em hasta pública (Freitas, 1985:233), sendo resgatada pelo cónego Bento da Silva Teles[5], neto de D. Mécia, que, mais tarde, ofereceu-a em dote à sua sobrinha Benta Maria voltando, desta forma, a propriedade à família dos seus antigos senhores (Nóbrega, 1997:189).

Por sua vez, Benta Maria casou com António Valério Vieira de Carvalho, da Casa do Outeiro, da freguesia de Maureles, no Marco de Canaveses, fazendo a união de Valmelhorado e de Outeiro (Freitas, 1985:234).

A ligação de Valmelhorado a outras famílias da região não se ficou pelas referidas. A união foi alargada a Lousada e Amarante, através dos casamentos de António de Sousa Magalhães e Meneses com Francisca Luísa Pereira de Alpoim e Castro, que era dotada da Casa de Vilar, na freguesia de Vilar do Torno, e da união entre Maria da Conceição de Sousa Pereira, de Valmelhorado, com Luiz Vaz Guedes Pinto Bacelar de Meneses e Melo, senhor de Vila Garcia e da Casa da Igreja da mesma localidade, em Amarante (Freitas, 1985:235).

Apontamos assim que, por parte de sua mãe, Manuel de Faria e Sousa pertencia a uma família que, para além das óbvias ligações a Pombeiro, tinha importantes ramificações por outras localidades do Tâmega e Sousa.

A par destes laços familiares, e pelo lado do seu progenitor, haveria uma outra ligação relevante: Manuel de Faria e Sousa seria parente do bispo do Porto, D. Francisco Gonçalo de Morais. Camilo Castelo Branco (1900:131) avança mesmo que o escritor seria afilhado do prelado portuense.

Ainda do mesmo ramo materno destacamos que, dentre os seus antepassados mais remotos, ele descendia de Fernando (ou Fernão) Peres de Faria, rico-homem de Miranda e senhor do Castelo de Faria, em Barcelos (Freitas, 1985:245), cujo neto, Alvaro Gonzalez de Faria, esteve ao lado do monarca português D. João I[6], na batalha de Aljubarrota (14 de agosto de 1385), onde o armou cavaleiro (Sousa, 1646:674).

5 Nasceu em Pombeiro em 1669 e faleceu em Braga em 1748. Foi cónego da Sé de Braga, para a qual fez inquirição a 24 de julho de 1708.

6 D. João I (1357-1433) era filho de D. Pedro e D. Teresa Lourenço. Em 1364, torna-se mestre da Ordem de Avis. É aclamado rei nas Cortes de Coimbra de 1385 (Oliveira, 2009:278).

Casa de Valmelhorado.

Casa de Valmelhorado.
Portão com estátua de guerreiro e brasão.

Aproximando-nos mais dos tempos de vivência do escritor, de referir as dúvidas que se levantam sobre com quem casou a sua trisavó, Beatriz de Faria, se com Francisco de Novaes ou com Juan de Faria. O próprio Manuel de Faria e Sousa considera provável que ela tenha casado com Juan de Faria que teria sido comendatário em Pombeiro (Sousa, 1646:687). Mas, as dúvidas sobre este senhor não se ficam pelo casamento. Existe uma outra versão, do genealogista Manuel de Sousa da Silva, que o coloca como comendador da Ordem de Cristo, em Travanca[7] e não como comendatário em Pombeiro, como nos informa Manuel de Faria e Sousa (Silva, 2000:348).

Independentemente de saber com quem se casou, nasceu deste relacionamento Catarina de Faria que, casando com Manuel de Sousa Homem, teve Estácio de Faria[8], avô de Manuel de Faria e Sousa. A mãe deste último era, por conseguinte, filha de Estácio de Faria e de Francisca Ribeiro.

Se folhearmos as obras do escritor facilmente nos transparecerá uma notável admiração para com o seu avô, Estácio de Faria, não fosse ele poeta do tempo de D. Sebastião (Castelo Branco, 1900:130). Em *Fuente de aganipe* dedica-lhe várias estâncias evocando as suas capacidades literárias:

"Espiritu gentil, que en nuestra Hesperia
ganaste de laurel fecunda rama;
fertilizando con igual matéria
elogios en el bronce de la Fama:
pues me oprime sin ti noche Cimeria,
hurta al Sol para mi bastante llama
a hazer tu ingenio, que heredè, sublime:
i en vano, si lo alcanço, ella me oprime"[9].

"Si el tiempo breve a dilatado assunto
perturba las cadencias peregrinas,
echa a mi llano acento el contrapunto
allà desde las solfas cristalinas.
I porque unidas suenen en un punto
desata ellas corrientes Cabalinas;
que gran seda esperaslas me provoca
acà en el valle patente boca"[10].

"Boca patente me haze en las canales,
oy enxutas, poner una ânsia ardiente,
que poços me figura los cristales,
para vencerse de una sola Fuente.
despeñense, puses, todos los saudales
allà desde esse cumulo eminente:
que del curso, a quitarles el estorbo,
veràs serme el mayor pequeño sorbo"[11].

"Fue de grande esperanla amable fruto,
(que logra luzes al preciso espacio
que falta nona vez lunar tributo)
el Apolineo, i Marcial Estacio;
que como estos estúdios tanto observa,
parece hijo de Marte, i de Minerva"[12].

7 O mesmo autor informa ainda que ele foi um honrado cavaleiro durante o reinado de D. Manuel I, tendo sido um dos embaixadores que o monarca enviou ao papa no ano de 1514 (Silva, 2000:348-349).

8 Poeta e fidalgo da Casa Real (século XVI), serviu na Índia e depois no Brasil onde desempenhou cargos na administração da Fazenda. Como poeta deixou várias obras manuscritas em prosa e verso. Foi amigo de Luís de Camões (Correia *et al.*, 1942:916).

9 In *Fuente de aganipe: parte segunda*, poema 1 – *Daphne i Apolo*, estanc. 4.

10 In *Fuente de aganipe: parte segunda*, poema 1 – *Daphne i Apolo*, estanc. 5.

11 In *Fuente de aganipe: parte segunda*, poema 1 – *Daphne i Apolo*, estanc. 6.

12 In *Fuente de aganipe: parte segunda*, poema 12 – *Pátria y vida del autor*, estanc. 109.

Por sua vez, a sua avó, Francisca Ribeiro, provinha da Quinta do Ribeiro. Esta propriedade pertenceu, mais tarde, a um primo de Manuel de Faria e Sousa – João Ribeiro de Faria (Freitas, 1985:243). Atualmente, já não se encontra na posse desta família.

Voltando aos seus progenitores, com o falecimento destes, coube a Manuel de Faria e Sousa suceder na posse da Quinta da Caravela. Seguidamente, a propriedade passou para o seu filho, Pedro de Faria.

Esta situava-se no lugar da Caravela sendo que, uma das explicações para receber esta designação, entronca no aspeto paisagístico que manifesta o local em relação ao vale de Vizela (Fernandes, 1952:2).

Posteriormente, a herdade foi negociada, ficando no domínio de uma família bracarense – Alves Lanhas – que, em pleno século XX, vendeu-a à família do Sobrado (Freitas, 1985:247).

Atualmente, a Quinta da Caravela onde viveu Manuel de Faria e Sousa já não existe. Esta terá sido destruída num incêndio ocorrido no século XIX, segundo relatos de caseiros que aí moravam. Em 1887, restava um pardieiro[13] que foi objeto de esboço por parte de João de Almeida, na obra *O Minho Pittoresco* (Vieira, 1887:390).

Manuel de Faria e Sousa casou com Catarina Machado, que era filha de Pedro Machado, primeiro contador da Fazenda Real do Porto, e de Catarina Lopes Ferreira. O seu destino em casar com Catarina Machado deixou-o expresso na seguinte estância:

“Pero, despues que el Hado se resuelve
en que professe yo qualquier estado;
de lazos del primor mi luz me absuelve,
para que de Hymeneo siga el Hado.

13 Casa em ruínas, mal conservada ou de pouco valor.

Pardieiro que restou da casa de Manuel de Faria e Sousa na Quinta da Caravela. Desenho de João de Almeida. Fonte: Vieira, 1887:396.

Por Cupido a eligir El me destina,
como el primer Manuel a Catalina”[14].

Deste casamento nasceram nove filhos: Pedro de Faria e Sousa, Manuel de Faria, Luísa de Faria, Juan, Diego, Juan Rufo, Ana Maria, Francisca e Juan Baptista. Como tinha acontecido com os irmãos de Manuel de Faria e Sousa, os filhos deste e de Catarina Machado tiveram sorte semelhante à geração anterior. Com exceção do primeiro, os restantes ou seguiram a carreira militar ou faleceram muito novos. O primogénito foi capitão de infantaria e casou, em Espanha, com D. Luísa de Narvais (Freitas, 1985:246). Depois do seu regresso a Portugal dedicou-se a publicar, a título póstumo, as obras do seu pai. Manuel de Faria seguiu, também, a carreira militar tendo servido na Índia, para onde embarcou em 1639. Luísa de Faria casou com D. Conrado de Freitas Paim. Quanto aos restantes filhos, uns nasceram em Portugal, outros em Espanha e Itália, mas morreram ainda meninos (Sousa, 1646:784).

14 In *Fuente de aganipe: parte segunda*, poema 12 – *Pátria y vida del autor*, estanc.149.

Esta visita pelo património de Pombeiro não ficaria completa sem referir uma outra família que, na opinião do historiador Antonino Fernandes, é a legítima representante de Manuel de Faria e Sousa (Fernandes, 1898:149): a família Vilas-Boas, da Casa das Portas[15].

Para fazer a vinculação à personalidade em análise temos de retroceder a um dos seus irmãos, Bento de Faria Homem, que nasceu em 1605, na Quinta da Caravela, e que casou, a 23 de outubro de 1630, com Isabel Leite de Oliveira. Dos vários filhos que tiveram, distinguimos Luísa de Faria e Sousa, nascida em 1635, e que, em 1 de fevereiro de 1660, casou com Domingos José Pereira. Deste casamento nasceu Isabel de Faria e Sousa que, casando com Francisco Leite, teve Joana Leite de Faria e Sousa que, por seu turno, contraiu matrimónio, a 3 de setembro de 1741, com João Leite Ferreira, que era senhor da Casa das Portas. Iniciava-se, assim, a ligação da família Faria e Sousa à Casa das Portas. Deste enlace nasceu, por volta de 1745-1750, o sucessor da citada Casa, Gaspar Leite Faria e Sousa, que por sua vez casou com Brites Joaquina Barbosa de Sousa Pereira que, de entre os vários filhos, diferenciamos o novo senhor desta Casa, João Leite de Faria e Sousa. Este, através do casamento com Ana Joaquina Ferreira de Eça e Leiva, teve a filha Ana Amélia Leite de Faria e Sousa que, unindo-se em segundas núpcias com Henrique Cabral de Noronha e Menezes, teve, a 21 de agosto de 1867, Maria Engrácia Cabral de Noronha Menezes. O seu casamento com Abílio Peixoto Martins de Sousa Vilas-Boas, em 25 de outubro de 1902, marcou o princípio da descendência Vilas-Boas nesta Casa, já que dele nasceu Abílio Cabral de Noronha e Menezes Peixoto Vilas-Boas. Por seu turno, este casou com Maria Helena Ribeiro da Costa Soares, nascendo Maria Helena Soares Cabral Vilas-Boas e Carlos Alberto Soares Cabral Vilas-Boas, que foram os sucessores na Casa em análise. Com a morte do seu irmão Carlos, ficaram como cossenhoras da Casa das Portas, Maria Helena Soares Cabral Vilas-Boas e sua cunhada Maria José Falcão Trigoso da Cunha[16].

Situado no lugar da Raposeira, na antiga via que ligava a rua do Burgo à ponte do Arco, este é um solar barroco do século XVIII, de planta retangular alongada, cujo acesso se faz a partir de um átrio rodeado de figuras, dando para um lanço de escadas, com patamar e bonita fachada voltada a este (Fernandes, 1989:149). A fachada encontra-se enriquecida com pilastras nos cunhais e seis janelas de sacada no piso superior. A fachada posterior apresenta um alinhamento de janelas em guilhotina. Casa de dois pisos, mais um amansardado. O primeiro serve para arrumos e o superior para cozinha, salas e salões. Os quartos situam-se no piso amansardado, que se encontra voltado para as traseiras (Sereno, 1998).

No extremo norte existe uma capela dedicada a Santo Amaro, com empena triangular, rematada por dois frontões, com pináculos nos extremos. O portal encontra-se encimado por um janelão retangular alongado de moldura curva (Sereno, 1998).

Casa das Portas.

15 Atualmente, esta Casa situa-se na freguesia de Vila Fria e Vizela (São Jorge), em Felgueiras.

16 Para a descrição genealógica desta família agradecemos a colaboração do Dr. João Guilherme Vilas-Boas de Moraes Sarmento.

Casa das Portas. Interior da Capela de Santo Amaro.

Segundo testemunhos orais, transmitidos ao longo de gerações, esta capela não se encontra no local onde foi inicialmente construída, sendo que a edificação original estaria situada em terrenos anexos à propriedade. Mais tarde, a capela terá sido desmantelada e reconstruída no local onde se encontra nos dias de hoje.

Os mesmos testemunhos referem que essa capela inicial seria um espaço religioso pertencente ao Mosteiro de Pombeiro, isto porque, tradicionalmente, nas imediações dos mosteiros beneditinos havia sempre uma capela dedicada a Santo Amaro[17], discípulo de São Bento[18] no monte Cassino. De facto, estes testemunhos orais encontram consonância com o mencionado pelo padre relator das memórias paroquiais desta freguesia, em 1758, quando informa da existência de capela dedicada a Santo Amaro no lugar do Souto do Burgo, em Vila Fria (Souza, 1758:IV).

No extremo oposto à capela, a fachada lateral apresenta uma varanda alpendrada sobre uma escadaria de serviço, com cobertura articulada donde se salienta uma gateira (Sereno, 1998).

Nas traseiras do imóvel, existem duas colunas do claustro quinhentista[19] do Mosteiro de Pombeiro, uma a servir de esteio e outra de apoio ao coberto do tanque (Sereno, 1998).

Casa das Portas. Colunas do anterior claustro quinhentista do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro.

De forma a ilustrar as diferentes linhagens de onde procedeu Manuel de Faria e Sousa, bem como as sequentes ramificações, apresentamos o esquema genealógico dos ascendentes e descendentes do escritor felgueirense.

17 Santo Amaro ou Mauro (?-584) nasceu em Roma e foi entregue aos cuidados de São Bento aos 12 anos de idade. Caindo nas boas graças do mestre foi imediatamente proposto como modelo para os outros religiosos (Leite e Coelho, 2006:57). No absidíolo sul da Igreja do Mosteiro de Pombeiro podemos admirar um belo fresco do século XVI representando o santo.

18 Monge italiano (c.480-547?), patriarca do monaquismo ocidental e patrono dos monges beneditinos (Mattoso, 1998:718).

19 O claustro quinhentista já não existe em virtude de ter sido destruído por incêndio provocado pelas tropas francesas comandadas pelo general Loison que, no dia 13 de maio de 1809, ao fugirem de Portugal, incendiaram e saquearam o Mosteiro. Após a tragédia, os monges iniciaram a reconstrução. Acontece que certas partes do claustro destruído foram aproveitadas por casas vizinhas para diversos fins. Para além das colunas na Casa das Portas, podemos encontrar outras nos jardins do Paço de Pombeiro (ver imagem da página 37).

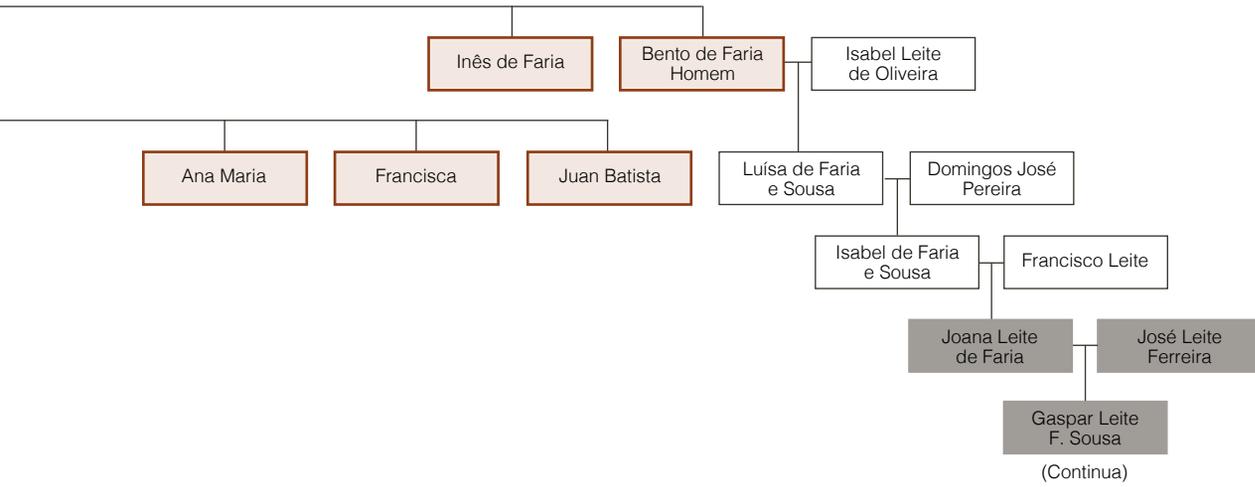
Fernando Perez de Faria — [?]
Nuno Gonzalez de Faria — Teresa de Meyra
Alvaro Gonzalez de Faria — Maria de Sousa
Juan Alvarez de Faria — [Cidadã de Lisboa]
Alonso Annez de Faria — [?]
Pedro Alvarez de Faria — [?]
Henrique Homem de Sousa — [?]
Beatriz de Faria — [Juan de Faria?] / [Francisco de Novaes?]
Manuel de Sousa Homem — Catarina de Faria
Estácio de Faria — Francisca Ribeiro
Pedro Machado — Catarina Lopes
Amador Pires de Eiró — Luísa de Faria e Sousa
Catarina Machado — Manuel de Faria e Sousa
António de Magalhães
Leandro
Tomás de Faria
Diogo de Sousa e Faria
Maria de Faria
Luísa de Narvais — Pedro de Faria e Sousa
Manuel de Faria
Luísa de Faria
Juan
Diego
Juan Rufo
Manuel de Faria
Catarina de Faria
Josefa de Faria

(Continua)

Esquema genealógico da ascendência e descendência de Manuel de Faria e Sousa.

Fontes: FREITAS, Eduardo de – *Felgerias Rúbeas: subsídios para a história do concelho de Felgueiras.* 2.ª ed. Felgueiras: edição do autor, 1985, pp. 245-246; SILVA, Manuel de Sousa da – *Nobiliário das gerações de Entre-Douro-e-Minho.* Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, 2000, vol. II, pp. 348-349; SOUSA, Manuel de Faria e – *Nobiliario del conde de Barcellos, D. Pedro, hijo del rey D. Dionis de Portugal traducido castigado y con nuevas illustraciones de varias notas.* Madrid: Alonso de Paredes, 1646, pp. 667-690.

Legenda do esquema genealógico:

- Família Faria
- Casa de Valmelhorado
- Quinta do Ribeiro
- Quinta da Caravela
- Casa das Portas

No cômputo geral e baseando-nos nas descrições familiares, constatamos que Manuel de Faria e Sousa provém de famílias com fortes ligações a Pombeiro, que aqui viveram e morreram, contribuindo para a história desta freguesia e para que ela se tornasse num verdadeiro museu.

Simultaneamente, a existência de laços familiares facilitou que o escritor nunca esquecesse as suas origens. A história e a literatura não o desmentem. Aquando da sua última estadia em Portugal, antes de rumar para Roma na embaixada portuguesa, ele regressou a Pombeiro, por volta dos anos de 1630 e 1631, para se despedir de seus pais que "no los vio mas" e da sua terra que a qualificou como "aquellos campos elisios", da qual terá sempre saudades (Moreno Porcel, 1630:21).

O seu amor a Pombeiro está patente em *Fuente de aganipe* quando recorda a sua região de Entre-Douro-e-Minho, com o seu Mosteiro, a Quinta do Souto, onde nasceu, e o rio Vizela:

"El baño en este templo se exercita,
que es la primera puerta a ser Christiano;
aqui me diò tal bien mano infinita
su titulo, su Nombre Soberano,
por el amor sin Musas dizir quiero
es de Santa Maria de Pombero"[20].

"Aqui mi vida en un ameno Soto
bien assombrado de castaño, y roble
a poner en su rueca empeço Cloto;
en nido quando humilde, en nada ignoble;
una torre de Lizes adornada
mi diò si nó riqueza, sangue honrada"[21].

"No cẽtro d'entre o Douro, e de ẽtre o Minho
ao sitio umbroso vem de hũ Souto ameno;
de Menalio infeliz primeiro ninho,
que o Vizela regando vay sereno.
de hũ cipreste, co'a põta ao Ceo vezinho,
ocuparam o rústico terreno;
encontrados alli, casualmente,
assi cantando estam com voz doente"[22].

As recordações não se ficam pela poesia. Como historiador, dedicou-se, também, a teorizar sobre as origens da sua terra levando, através das suas obras, o nome de Pombeiro ao mundo até então conhecido:

"Es pátria mia, i cẽtro de la Província de entre Duero i Miño, motes i valles mas poblados q̃ de casas, de gẽte, rios, fuẽtes, bosques i arboles fritiferos, por donde oi se derrama casi escurecida no poça ilustre sagre de famílias Portuguesas: muchas quintas i torres como solares suyos com lus próprios apellidos, son tristes monumẽtos de aq̃llos primeros resplãdores.Desde aq̃l lugar de dõde parece huye ron al nuestro avra de distãcia 40 leguas. Assi será mas razonable, aũ q̃ alli tegamos la cõjetura del nobre, Iglesias cõ el de Coluba, o Cõba, Ermitã de S. Pedro en lo alto que Anduvieron la mitad deste camino que dandose en aquel Pombeiro (…). Es Pombeiro en nuestra lengua Portuguesa derivado de Pomba, Columba en la Latina, en la Castellana Paloma"[23].

20 In *Fuente de aganipe: parte segunda*, poema 12 – *Pátria y vida del autor*, estanc. 100.

21 In *Fuente de aganipe: parte segunda*, poema 12 – *Pátria y vida del autor*, estanc. 103.

22 In *Fuente de aganipe: parte quarta*, égloga 10, estanc. 9.

23 In *Epitome de las historias portuguesas.* Parte 2, capítulo 2, pp. 187--188.

Aqueduto e Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro.

Voltando a falar na sua região de Entre-Douro-e-Minho, o historiador lembra a Ermida de São Pedro, no monte de Santa Quitéria[24], bem como alude às origens da designação *Pombeiro*, derivada da palavra latina *Columba*.

Para além de se reconhecer a dedicação do escritor à terra natal, verificamos uma grande afinidade ao Mosteiro. Neste domínio, convém salientar que esta ligação começou em tenra idade e permaneceu para todo o sempre.

Este espaço religioso, que faz parte da Rota do Românico, datando a sua edificação da segunda metade do século XII e princípios do século XIII, foi o local que serviu de batismo e onde começou a seguir a doutrina católica (Moreno Porcel, 1650:12). O biógrafo relata que o seu pai queria que ele vestisse o hábito de monge em Pombeiro pela devoção que tinha e pelos benefícios que lhe tinham sido concedidos (Moreno Porcel, 1650:12).

Ao que parece, os seus pais foram muito estimados pelos beneditinos de Pombeiro e mediante o que narra o seu filho primogénito, foi com os monges que aprendeu as primeiras letras (Sousa, 1646:683).

Este relacionamento ainda pode encontrar uma outra ligação, apesar de não estar devidamente confirmada. Segundo o testemunho de Eduardo de Freitas, Amador Pires de Eiró teria sido procurador-geral[25] de toda a Ordem

24 No local onde hoje se encontra o Santuário de Santa Quitéria, existiu a Ermida de São Pedro, tendo esta sido derrubada em 1719 para dar lugar ao Santuário (Fernandes, 1989:142).

25 Tinha como função representar a Casa Monástica em Lisboa, junto do rei ou do núncio (Dias, 2005:205).

de São Bento (Freitas, 1985:245). Pensamos que este testemunho necessita de validação com base em fontes escritas, porque esta função era desempenhada por um monge. Acontece que o pai de Manuel de Faria e Sousa não o era e o seu filho, nas suas notas no *Nobiliario del conde de Barcellos*, não refere que o seu pai tenha desempenhado esta função. Poderemos colocar a hipótese de ocasionalmente ter colaborado com o Mosteiro devido à relação próxima existente. Mas, no nosso entender, não na função referida.

Quando faleceu, Manuel de Faria e Sousa foi sepultado no Mosteiro Premonstratense de Madrid. Mas a sua vontade era morrer em Portugal. Chegou-o a dizer e a escrever a Francisco Moreno Porcel: "deseo ir a morir a mi Pátria, temeroso de que muerto me arrastren en una Parroquia en Madrid" (Moreno Porcel, 1650:47).

Passados onze anos, os seus restos mortais foram transladados, a desejo de sua esposa, a 6 de setembro de 1660[26], para a Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro (Meireles, 1942:73), voltando, desta forma, para a sua terra natal, onde nasceu e onde passou diversos anos da sua vida, que nunca viria a esquecer.

Primeiramente, as ossadas foram colocadas junto do altar do Cristo Crucificado, encostadas à antiga porta que comunicava a igreja com a sacristia, tapada na atualidade.

Num dos abaciados de frei Bento da Ascensão[27] este mandou esculpir, entre os anos de 1719 e 1728, o epitáfio que se encontra no seu sepulcro (Meireles, 1942:73):

INCLYTUS HIC IACET
VXORE SUA SEPULTUS
SCRIPTOR ILLE LUSUS
EMMANUEL DE FARIA E SOUSA
HOC OPPIDO SATUS
DIE 6 SEPTEMBRIS A DÕNI 1660

Sobre a criação deste epitáfio e com a intenção de ser lembrado no futuro, frei António da Assunção Meireles (1942:73) fez o seguinte elogio a Manuel de Faria e Sousa:

"(…) pasárão-se muitos anos sem que as Musas abrisem na pedra sepulcral ao menos hum breve, e singelo Epitáfio para mostrar ás gerasoins futuras que ali fora depozitado o cadáver d'hum homem mais distinto pelos merecimentos Pesoais que pelos de seus Avós, méritos, que nem por linha direita, nem por transversal, se comunicão de pais a filhos, como heransa".

Posteriormente, quando renovaram o pavimento e caixilhos das sepulturas, a pedra sepulcral foi mudada para debaixo do púlpito, do lado da Epístola, onde se encontra atualmente.

Como acontece com as grandes figuras que marcaram uma sociedade ou época, a sua memória foi sempre recordada. Passado mais de um século após a sua morte, ele era lembrado por alguns padres relatores das memórias paroquiais do concelho de Felgueiras. Na de Torrados, o relator informa que um padre, que se diz parente do escritor, teria na sua posse diversos manuscritos dele e que não os mostrava a ninguém. O relator sugere, em jeito de conselho, que se indague esta questão e que se tomem medidas para que a documentação não se perca ou roube (Marinho, 1758:144). Por seu turno, o responsável pelas memórias de Pombeiro intitula-o como "o grande Manoel de Faria e Souza" (Souza, 1758:III), evocando assim um homem que, para além de ter nascido nesta freguesia, foi um afamado historiador e poeta seiscentista.

26 Esta é a data provável do falecimento de Catarina Machado, mulher de Manuel de Faria e Sousa, e que estará sepultada junto do marido (Meireles, 1942:73).

27 Frei Bento da Ascensão foi abade do Mosteiro de Pombeiro por duas vezes: a primeira em 1719 e a segunda a partir de 1725. Frei António da Assunção Meireles chegou a classificar Bento da Ascensão como "hum homem de letras" que "resuscitou a extinta memoria de Manoel de Faria" (Meireles, 1942:73).

Epitáfio em memória de Manuel de Faria e Sousa na Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro.

LVTVS HIC IACET
ORE SVA SEPVLTVS
RIPTOR ILLE LVSV
HANVEL D FARIA E SOV
HOC OPPIDO SAT
C SEPTEMBRIS A DONI

Manuel de Faria e Sousa, herdeiro do quinhentismo português

Sebastião Cesar de Meneses

O Sr. e Jorge de Castilho

Deão de Bragança

Por mandado do Supremo Tribunal do Sto Officio vi a informação, e livros de Manoel de faria e Sousa intitulados Luziadas de Camoens acomentadas por Manoel de faria, e Sousa cavaleiro do habito de Xpo e caza Real não com a pouca consideração que este author acuza, mas com aquella que obriga a obediencia devida a tão Sto Tribunal, e sendo advertida mte essa informação, como os livros achei que justa, e religiosa mte forão mandados recolher, porque na informação não alega couza, que não tenha dito nos livros em defensa de suas Allegorias, nem da razão, que obrigue a fazerse differente iuizo, do que se tem feito delles.

Mas porque com mais clareza se veja a pouca razão, que o author tem de se queixar de lhe mandarem recolher os dittos livros, e aquella merce, e favor que este sancto Tribunal lhe fez em não proceder contra elle com as penas, que merecia a pouca modestia de suas Allegorias responderei breve mte as razoins que traz em a informação que offerece. E deixando os primeiros §§ que nenhuã couza fazem em abonação de seus livros, antes com palavras escandalozas offende aos que quer disfarçar com nome de acuzadores. E deixando toda a ca... em que so declara as qualidades dos acuzadores pois os não ouve, nem teve outros, senão seus proprios livros, que lidos por alguns fieis, e zelosos derão noticia aos Snrs Inquizidores de suas Allegorias que mandasem rever os dittos livros

Autor de uma vasta obra, Manuel de Faria e Sousa foi historiador, poeta, epistológrafo, crítico literário e polígrafo.

Em três décadas escreveu milhares de páginas sendo o resultado de uma aplicação permanente ao trabalho, dedicando-se à tarefa literária sem fadiga e sem comprazer de solicitações estranhas (Almeida, 1945:XI).

Embora tenha usado o português, a maioria da sua extensa obra foi redigida em castelhano, havendo razões que o justificam. Em primeiro lugar, a sua utilização é o resultado dos longos anos em que viveu no reino vizinho, sendo natural escrever nesse idioma. Em segundo lugar, o castelhano era uma língua que lhe agradava pessoalmente, considerando-a suave e majestosa, não sendo compreensível que algumas nações não a entendessem:

"(…) lengua, que siendo de comun consentimiento, a quien la entende, suave y magestuosa, no puedo acabar de entender la razon de hazerse dificil a algumas Naciones, y principalmente a aquellas que le son tan cercanas, y en sus idiomas no diferencian deste cosa considerable. Resulta, finalmente desto, que si no es entre los Naturales, viene a correr lo escrito casi la misma fortuna que lo olvidado"[1].

Outra razão apontada é o facto de, na centúria de seiscentos, este idioma ser o mais falado no mundo, fruto da dominação imposta pela Casa de Áustria. Ligado a esta razão, o fator económico, em que o mercado literário de então dava primazia à escrita em castelhano (Wade, 2009:96). Ou seja, se quisesse chegar a um maior número de leitores, teria de usar a língua predominante.

Estes motivos estão perfeitamente expostos pelo próprio (Sousa, 1649:156) na obra *Fortuna, e vida de Manuel de Faria e Sousa cavallero del Orden de Christo e de la Casa Real*, quando refere:

"Todos mis escritos, antes de pasar a Castilla, fueron en portugués, si no eran algunos pocos versos; porque siempre tuve por absurdo el hacerse un portugués castellano en Portugal. Después que pasé a Castilla, fue preciso hacerme castellano, porque como ya escribía para imprimir, no me imprimieran acá lo que escribiese en portugués".

A estes motivos, um outro deveras importante. Pensava ele que o uso do castelhano permitiria assegurar a glória da pátria portuguesa (Almeida, 1945:XXI). Ou seja, este idioma seria a forma mais fácil de divulgar a história do seu país.

O certo é que este acabou por ser um dos seus grandes objetivos. Como historiador, pretendeu redigir uma história conjunta do nosso país, com o intuito de glorificar Portugal e as suas gentes dispersas pelo mundo.

Como fontes de inspiração utilizou grandes historiadores da Época Clássica, aliando-os a historiadores portugueses da Época Moderna. Entre os historiadores greco-romanos, que foram o seu paradigma e cujas obras conhecia profundamente, destacamos Heródoto[2], Tucídides[3], Plutarco[4], Flávio Josefo[5], Tito Lívio[6], Salústio[7], Quinto Cúrcio[8] e Cornélio Tácito[9] (Almeida, 1945:XIX).

1 In *Europa portuguesa* (Sousa, 1678 *apud* Almeida, 1945:XXII).

2 Geógrafo e historiador grego (485?-420 a.C.).
3 Historiador grego (c.460/455-400 a.C.).
4 Filósofo e prosador do período greco-romano (46-126 d.C.).
5 Escritor e historiador judeu (37 ou 38-100 d.C.).
6 Historiador romano (c.59 a.C.-17 d.C.).
7 Historiador romano (86-35 a.C.).
8 Historiador e senador romano (século I).
9 Historiador, orador e político romano (55-120 d.C.).

Parte introdutória do parecer de Gonçalo da Gama, qualificador do Santo Ofício, sobre a defesa de Manuel de Faria e Sousa, apresentada à Inquisição portuguesa, acerca dos seus comentários à obra de Luís de Camões.

João de Barros. Gravura de C. Legrand.

Da historiografia portuguesa moderna, seguiu o modelo de João de Barros[10], que classificou como “varon de antigua capacidad en ciencia, y elegância” (Almeida, 1945:IX) e buscou inspiração em Diogo de Couto[11], a quem classificou de “màs verdadero que elegante” (Almeida, 1945:XXIV). Estas influências estão patentes na obra *Asia portuguesa*, em que, para o primeiro tomo, recolheu substância e fundamento à obra *Décadas* de João de Barros, enquanto para os tomos segundo e terceiro usou Diogo de Couto (Almeida, 1945:XXIV).

Ocorre que as suas obras históricas foram sujeitas a inúmeras críticas. Para o testemunhar podemos recorrer a Camilo Castelo Branco, Lopes d’Almeida, Esther de Lemos e António Vasconcelos.

Camilo Castelo Branco (1900:135) considera a obra histórica de Manuel de Faria e Sousa como imoral, porque coloca a tónica no traço negro da nossa história. Argumenta que alguns dos seus relatos foram de grande baixeza histórica, oferecendo falsidades históricas aos Filipes. Para o justificar utiliza passagens da obra *Epitome de las historias portuguesas* em que Manuel de Faria e Sousa narra que, quando Filipe I de Portugal entra em Lisboa, após as Cortes de Tomar, toda a cidade o recebeu com júbilo e contentamento, demonstrando que tinha ganho a coroa por direito e não com o uso das armas (Castelo Branco, 1900:139).

O mesmo autor vai mais longe usando um outro episódio: o alegado perdão de Filipe I aos portugueses que lhe fizeram frente. Segundo justifica, Manuel de Faria e Sousa expõe que o novo monarca soube perdoar “usando da clemência de Júlio César”, castigando apenas alguns. Camilo Castelo Branco argumentou que esta afirmação era falsa, porque, contrariamente ao que disse, foram milhares punidos, fazendo uma breve listagem dos sacrificados (Castelo Branco, 1900:140-142). Notamos neste escritor uma fortíssima crítica à obra histórica de Manuel de Faria e Sousa, muito devido aos aparentes elogios aos monarcas espanhóis.

Por sua vez, Lopes d’Almeida critica a sua forma de escrever história, afirmando que ele se preocupou mais em glorificar a história de Portugal, do que em validar os

10 Historiador e moralista (1496-1570), sendo a sua obra mais valiosa as quatro *Décadas*, 1552-1615, primeiro trabalho literário dedicado à Índia portuguesa. Como historiador esteve ao serviço do nacionalismo português, dando da epopeia marítima nacional uma visão heroica e edificante (Oliveira, 2009:81).

11 Historiador lisboeta (1542-1616), esteve na Índia com Luís de Camões. Foi cronista e guarda-mor da Torre do Tombo da Índia. Continuou com a obra *Décadas* iniciada por João de Barros, com as partes IV – XII (da parte VIII à XII saíram a título póstumo) (Oliveira, 2009:175).

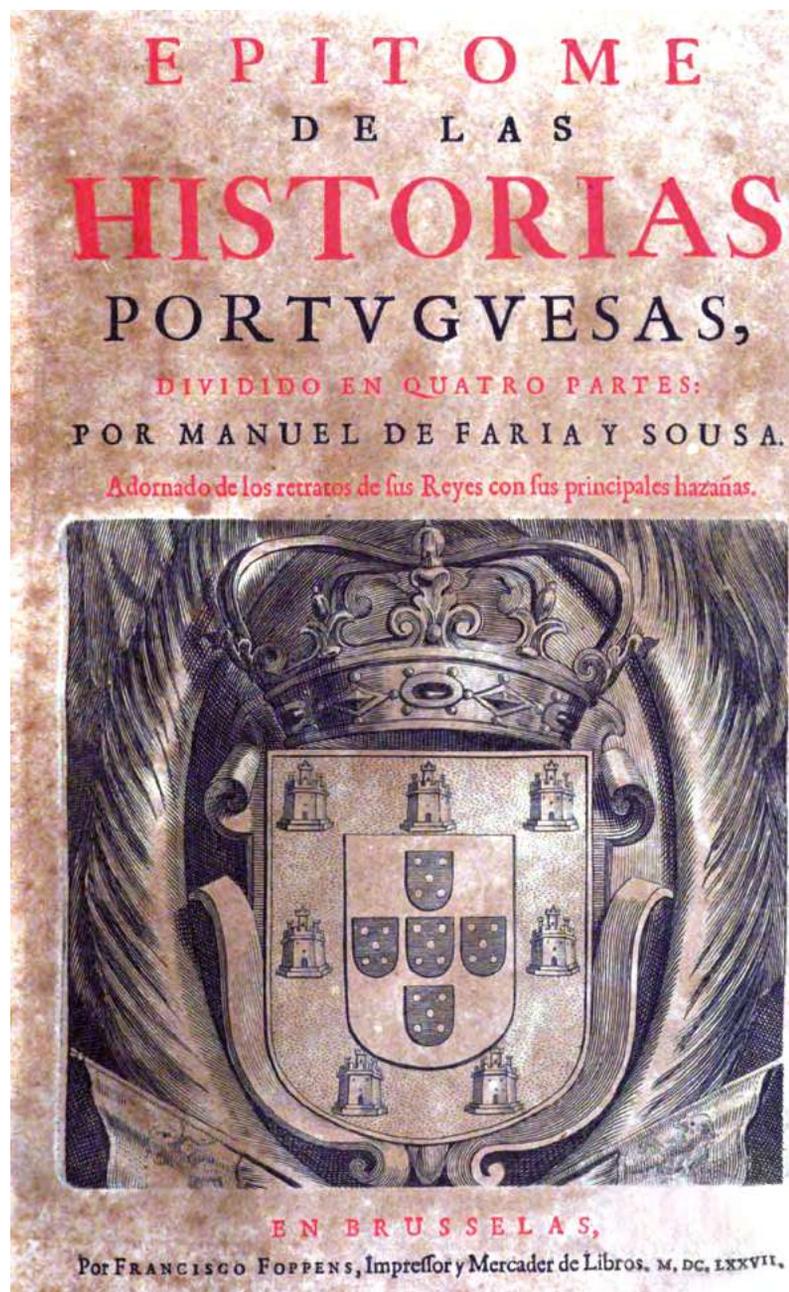
testemunhos históricos. Por conseguinte, Manuel de Faria e Sousa deu mais relevância aos preciosismos da frase e do ritmo do que à averiguação exata e pura dos factos históricos (Almeida, 1945:IX), sendo, assim, mais artista do que historiador (Almeida, 1945:X). O mesmo autor argumenta que ele não dava grande relevância às fontes e à investigação direta, confiando na autoridade dos escritores em que se baseava, sem julgar os testemunhos (Almeida, 1945:XIII). Ou seja, não tinha nenhuma vontade de fazer análise crítica, deixando-se levar pela imaginação e pelos afetos (Almeida, 1945:XV).

Esta sua atitude perante a escrita histórica ficou patente em *Epitome de las historias portuguesas*, redigida no ano de 1628, obra de grande projeção, mas também muito criticada, levando Manuel de Faria e Sousa a sentir-se incompreendido e mal julgado na sua forma de fazer história (Almeida, 1945:XVIII). Esta situação obrigou-o a fazer alterações à obra e a publicá-la com outra designação – *Europa portuguesa*.

O mesmo coro de críticas obteve com a publicação de *Asia portuguesa*, cuja finalidade era glorificar a expansão portuguesa pelo mundo.

Um outro exemplo usado por diversos investigadores, como Esther de Lemos e António de Vasconcelos, para demonstrarem a vontade do escritor em glorificar a nossa história, é o episódio lendário e romanesco da coroação de Inês de Castro[12].

12 Personagem histórica (1320/1325-1355), filha de D. Pedro Fernandes de Castro, fidalgo galego, e prima em segundo grau do infante D. Pedro (1320-1367). No entanto, o parentesco entre eles não foi impeditivo para que se apaixonassem, apesar das fortes oposições e de D. Pedro ser casado com D. Constança. Inês de Castro, a mando de D. Afonso IV (1291-1357), foi executada (Castelo-Branco, 1998:336). Reza a lenda que, mesmo morta, D. Pedro coroou-a rainha.

Epitome de las historias portuguesas.

Para elucidar melhor, transcrevemos duas passagens, do mesmo episódio, publicadas por Manuel de Faria e Sousa em *Epitome de las histórias portuguesas* e nos comentários a Luís de Camões:

"Passado poco tiempo hizo dos sepulcros famosos de marmol blanco, y artificio laborioso: una para si otro para Doña Ines, adonde con corona Real la mando esculpir naturalmente (…). Fue transladado el cuerpo de Doña Ines con un pomposo acompañamiento de matronas y señores (…). Antes de sepultada mando que todos sus vassallos le besassen la mano como à Reyna suya; declarando primero que lo avia sido, por ser su legitima muger; que tambien mostrò serlo juridicamente"[13].

"La mataron, i el Príncipe no dexò de amarla muerta: i assi, luego que muriò su padre, i empuñò el Cetro, hizo desenterrar a D. Ines, i colocarla en un Trono, adonde fue coronada como Reyna; i alli hizo que sus vassallos besassen aquellos huessos, que avian ya sido manos bellas; publicando primero con juramento, i otros actos solenes, que avia sido sua muger legitima. Tenemos en nuestro poder la copia del instrumento publico, que mando hazer de todo esto, i se conserva en el Archivo Real"[14].

Esther de Lemos (1989:464) utiliza este episódio para demonstrar que Manuel de Faria e Sousa atribuiu ao casamento e à coroação de Inês de Castro um caráter de quase verdade histórica.

Esta visão é também corroborada por António de Vasconcelos (2004:94-95) que, usando os mesmos exemplos, argumenta que o historiador seiscentista transformou a lenda numa verdade histórica indiscutível, ao mencionar que tinha na sua posse documentação que comprovava esse episódio. Mas, António de Vasconcelos refere que a documentação que o historiador dizia ter em sua posse não poderia servir de prova. Contudo, este acontecimento foi dado como certo e influenciou cronistas posteriores que não puseram em causa o que Manuel de Faria e Sousa narrou, argumentando que ele estava correto e bem fundamentado (Vasconcelos, 2004:94-95).

Por conseguinte, este episódio é um exemplo concreto onde se manifesta a vertente mais artística do que histórica do autor, em que o objetivo foi glorificar a nossa história, transformando uma lenda em realidade. Apesar desta forma de encarar a historiografia, Lopes d'Almeida considera que ele não o fazia com intenção maliciosa, mas como um verdadeiro enamorado pela "hermosura de la historia" (Almeida, 1945:X).

Aliás, o próprio estava, porventura, consciente da sua forma de encarar a história, em virtude de se considerar merecedor da compreensão dos leitores, se não pela obra realizada, pelo menos pela admiração que deveria merecer "qualquier inventor" (Almeida, 1945:XVIII).

Esta visão é perfeitamente retratada por Hernâni Cidade e Carlos Selvagem (1972:96) quando se referem às obras do historiador como um "Flos Sanctorum"[15], embelezadas com a mais cuidada retórica.

No entanto, para que possamos entender melhor as opções do autor felgueirense devemos aludir à forma de fazer historiografia no século XVII.

13 In *Epitome de las historias portuguesas*, capitulo 9, parte 3, p.225.

14 In comentários aos Lusíadas de Camões, canto III, est.118, in tomo II, cols 174 e segs (*apud* Vasconcelos, 2004:94-95).

15 Esta designação, que significa literalmente "Flor dos santos", é usada para intitular os livros que se dedicam a narrar a história de vida de vários santos (Correia *et al.*, 1942:491), muitas vezes baseados em lendas e não em factos verídicos.

Para António José Saraiva e Óscar Lopes, Manuel de Faria e Sousa inclui-se na tendência que, durante esse século, pretendeu epitomizar e popularizar a história de Portugal, destinando-se a um público que se pretendia mais alargado.

Segundo os mesmos autores, nesse século escrevia-se para um público que gostava de romances de cavalaria, de literatura de viagens e que não queria uma versão oficial – ou seja, do regime instituído – dos acontecimentos. Ao mesmo tempo, as obras sobre a nossa história deveriam dar expressão a um sentimento antifilipino, de autonomia nacional, vivo sobretudo entre as camadas populares e burguesas (Saraiva e Lopes, 1989:454). Os autores argumentam ainda que numa tentativa de se garantir o prestígio de um remoto passado, houve a tendência, se não para "adulterar", pelo menos para engrandecer os feitos históricos dos nossos antepassados. Consideram que tal situação foi corrente durante os séculos de dominação filipina, com exemplos em Gaspar Frutuoso[16] ou Leitão de Andrade[17] (Saraiva e Lopes, 1989:456).

No mesmo sentido, alega Esther de Lemos que, no século XVII, houve a utilização, por parte dos historiadores, de elementos fantasistas e encarecedores, com intuito de sublinhar aspetos lendários da nossa história. Duarte Nunes de Leão[18] e Manuel de Faria e Sousa foram dois que o fizeram (Lemos, 1989:464). Nesse tempo, e segundo a mesma autora, uma bela biografia artística valia bem alguns atropelos da verdade, e até o trabalho de forjar documentos, onde eles faltassem (Lemos, 2003:42). Reportando-se concretamente a Manuel de Faria e Sousa, Esther de Lemos argumenta que ele, como os seus contemporâneos, tinha a arte do *engenho*, correspondendo atualmente aos termos *inteligência* ou *talento*, consistindo na capacidade de descobrir as relações entre fenómenos e de os relacionar num sólido edifício de pensamento (Lemos, 2003:42-43).

Mais recentemente, Marimilda Vitali (2010:218) afirma que, no século em análise, desenvolveu-se uma espécie de "mercado europeu" de imaginários ou de mitologias nacionais, em que a exploração do tema das origens foi orientada para fins políticos, funcionando os historiadores como autênticos manipuladores do passado. Como Portugal fazia parte de Castela, o país precisava de renovar o seu prestígio cultural mediante a criação de novos mitos relativo às origens.

Com base nos argumentos apresentados pelos diversos investigadores citados, poderemos testemunhar a favor de Manuel de Faria e Sousa, ao encararmos a sua obra histórica no contexto muito específico, e delimitado temporalmente, da nossa historiografia, cuja finalidade não foi adulterar o passado, mas procurar glorificar o nosso país num período dominado pelos Filipes. Consequentemente, é neste contexto que devemos interpretar as opções tomadas por Manuel de Faria e Sousa: uma história ao serviço da exaltação de um povo. Assim sendo, as obras *Epitome de las historias portuguesas*, *Europa portuguesa*, *Asia portuguesa*, *Africa portuguesa* e *América portuguesa* incluem-se no ideal de glorificação de Portugal.

16 Sacerdote, historiador e humanista (1522-1591) nascido na ilha de São Miguel, Açores. *Saudades da terra e do ceo* é a obra que mais o destacou no campo literário dedicada às ilhas (Buescu, 1999:1077).

17 Jurista e escritor (1553-1630). Em 1629, um ano antes de morrer, é publicada a obra *Miscelânea*, sendo um repositório de factos históricos, lendas, tradições e costumes populares e de poesias de Camões (Faria, 1998:794).

18 Jurista, linguista e historiador de origem judaica (c.1530-1608). Publicou diversas coletâneas de documentos jurídicos, bem como a *Origem da língua portuguesa* e *Descrição do reino de Portugal* (Oliveira, 2000:608).

Este estilo de escrever aplicou-o similarmente na poesia e nos seus comentários. Como resultado colheu, ao longo dos tempos, fortíssimas críticas.

Escrevia com grande facilidade, chegando a redigir, por dia, cem cartas de assuntos diversos, com expressões variadas em todas elas (Correia *et al.*,1942:931).

Era senhor de uma vastíssima erudição, adquirida desde muito novo, devido às suas leituras e convívios com escritores antigos e modernos (Almeida, 1945:X). Assim sendo, como fonte de inspiração, preferiu seguir os ensinamentos de Homero[19], de Virgílio[20] ou Luís Vaz de Camões[21], aos ídolos do seu tempo, como o castelhano Luís de Gôngora y Argote[22].

Nas suas obras tentou não abstrair paralelismos, simetrias, antíteses, mas evitava dar-lhes sentido obscuro e exigia-lhes fluência de dicção (Cidade e Selvagem, 1972:97).

Perante tanto empenho, não é de estranhar que tenha sido o primeiro poeta português a escrever em versos de oito sílabas o que se compunha em onze, assim como as sextinas de consoantes (Correia *et al.*,1942:931).

Como polígrafo deveu-se a ele uma grande interpretação d'*Os Lusíadas* de Camões, em Madrid. Corria o ano de 1639. Foi um camonista fanático a quem chamou "o meu poeta" (Almeida, 1945:X), tratando-o com a comoção de verdadeiro êxtase religioso (Cidade e Selvagem, 1972:96). Chega a observar que, entre os poetas épicos, Camões estaria depois de Homero e Virgílio, não o colocando em primeiro lugar, porque ele não soube corrigir alguns defeitos em certos poemas (Pires, 1982:11).

Luís de Camões. Gravura de E. Soares.

Já Esther de Lemos (2003:40-41) considera-o o mais incondicional, o mais ferrenho e o mais fanático admirador de Camões.

Acontece que a admiração que tinha por Luís de Camões levou-o, segundo vários autores, a atribuir-lhe composições alheias e a melhorar outras, no intuito de lhe ser acrescida glória, sendo um ponto polémico na obra literária de Manuel de Faria e Sousa.

19 Poeta épico da Grécia Antiga (século IX ou VIII a.C.), autor das obras *Ilíada* e *Odisseia*.

20 Poeta romano (70-15 a.C.) conhecido pelo poema épico *Eneida*, em doze livros.

21 Poeta épico português (c.1524-1580), com remota ascendência galega. Em 1572, publicou *Os Lusíadas*, obra que o tornou célebre entre todos os poetas nacionais.

22 Poeta lírico de origem espanhola (1561-1627).

Carolina Michaëlis de Vasconcelos[23] analisou a obra de Manuel de Faria e Sousa. Esta recebeu as maiores censuras pelos comentários e acrescentos feitos a Camões. Para a autora, as atribuições apócrifas procederam de várias fontes, entre elas do escritor em análise, criticando quem tomou estas decisões e argumentando que os seus admiradores inconscientes – onde se inclui Manuel de Faria e Sousa – entenderam na sua idolatria que seria legítimo atribuir a Camões toda a poesia que pudesse levar o seu nome (Vasconcelos *apud* Manuel Dasilva, 2001:96).

António José Saraiva e Óscar Lopes, em *História da literatura portuguesa*, chamam também a atenção para esta situação. Expõem que, para além de atribuir composições a Camões, Manuel de Faria e Sousa emendou outras composições, por vezes de forma aprofundada, a seu gosto. Para os mesmos autores, o polígrafo felgueirense justificou esta atitude, porque partiu do pressuposto de que os versos de Camões andavam adulterados nos manuscritos (Saraiva e Lopes, 1989:365). Dão o exemplo da obra *Rimas varias de Luis de Camoens* que, apesar de ter sido uma edição audaciosa, inclui composições reconhecidamente de outros poetas, nomeadamente de Diogo Bernardes (Saraiva e Lopes, 1989:365).

23 Profunda conhecedora da obra de Luís de Camões, Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) começou a interessar-se pela obra de Camões ainda antes da sua vinda para Portugal (nascida na Alemanha, vem viver para Portugal na sequência do seu casamento, em 1876, com Joaquim de Vasconcelos) (Manuel da Dasilva, 2001:96).

RIMAS
VARIAS
DE
LUIS DE CAMOENS
PRINCIPE DE LOS POETAS HEROYCOS,
y Lyricos de España.
OFRECIDAS
AL MUY ILUSTRE SEÑOR
D. IVAN DA SYLVA
MARQUEZ DE GOUVEA,
PRESIDENTE DEL DEZEMBARGO DEL PAC,O,
Y MAYORDOMO MAYOR DE LA CASA REAL, &c.
COMMENTADAS
POR MANUEL DE FARIA, Y SOUSA, CAVALLERO
DE LA ORDEN DE CHRISTO.
TOMO I. Y II.
Que contienen la primera, segunda, y tercera Centuria de los Sonetos.
LISBOA.
CON PRIVILEGIO REAL.

En la Imprenta de Theotonio Damaso de Mello Impressor de la Casa Real.
Con todas las licencias necessarias.
Año de 1685.

Rimas varias de Luis de Camoens.

Com base em Vítor Aguiar e Silva (1994:66-67) apresentamos um exemplo concreto em que Manuel de Faria e Sousa atribuiu o soneto transcrito a Luís de Camões:

"Nunca em Amor danou o atrevimiento;
Favorece a Fortuna à ousadia;
Porque sempre a encolhida covardia
De pedra serve ao livre pensamento.

Quem se eleva ao sublime Firmamento
A Estrella nelle encontra que lhe he guia:
Que o bem que encerra em si a Fantasia
São Humas ilusões que leva o vento.

Abrir se devem passos â ventura:
Sem si próprio ninguem serà ditoso;
Os principios somente a Sorte os move.

Atreverse he valor, & não loucura.
Perderà por covarde o venturoso
Que vos ve se os remores não remove".

Acontece que este soneto, anos antes, fora publicado por Leitão de Andrade na obra *Miscelânea*:

"Nunca em Amor damnou atrevimento,
Favorece fortuna a ousadia,
Que sempre a encolhida covardia
De pedra serve ao livre pensamento.

Quem sobe ao estrellado firmamento
Lá acha sua estrella, que o guia,
Que o bem que encerra em si a fantasia
São humas illusões que as leva o vento.

Abrir se deve o passo á ventura,
Nunguem sem si mesmo haverá ditoso,
Os principios sómente a sorte os move.

Atrever-se he valor, e não loucura;
Perdera por covarde, o venturoso
O bem que vossa graça dar-lhe pode".

Segundo o mesmo autor, algumas passagens não são iguais, porque Manuel de Faria e Sousa teria modificado o texto nos pontos em que se mostrava defeituoso para que o pudesse atribuir a Camões (Silva, 1994:69).

Esther de Lemos (2003:41-42) também comunga da opinião de que Manuel de Faria e Sousa atribuiu composições alheias e alterou outras para aumentar a glória de Camões. A autora acrescenta que o escritor não se contentava que Camões tivesse um vulto indeciso, uma história pouco delineada. Queria que ele fosse um homem inteiro, com uma vida nitidamente balizada no tempo.

Citando Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Xosé Manuel Dasilva expõe que um dos factos mais lamentáveis é que há 300 anos se atribui a Luís de Camões peças e sonetos que não foram escritas por ele, tendo sido roubados[24] de outros autores, como Diogo Bernardes, Fernão Álvares do Oriente[25] e Rodrigues Lobo[26] (Manuel Dasilva, 2001:96).

24 Segundo investigação realizada, o que foi atribuído erradamente a Luís de Camões por vários comentadores soma 169 peças, 30 redondilhas, 108 sonetos, oito églogas, seis canções, sete elegias, sete oitavas e três sextilhas (Manuel Dasilva, 2001:97).

25 Poeta português (c.1540-1595) que viveu a maior parte da sua vida na Ásia. Esteve na batalha de Alcácer-Quibir. Por suspeita de propaganda anticastelhana viu-se obrigado, por Filipe II, a voltar à metrópole. Autor da obra *Lusitânia transformada* editada após a sua morte (Oliveira, 2001:991).

26 Escritor português camoniano dos séculos XVI-XVII, sendo da sua autoria a obra *Éclogas*, de 1605 (Belchior, 1998:155).

Ana Gomes (2009:14), em *Diversas formas de Proteu: a mitologia n'o Lima de Diogo Bernardes*, encaminha-se no mesmo sentido, anotando que parte dos poemas de Diogo Bernardes entrou na lírica camoniana pela mão de Faria e Sousa, que os recolheu deste autor.

Apesar das críticas, que no nosso entender são legítimas, porque se demonstrou a atribuição de poemas a Camões que não eram originalmente dele, vários autores argumentam que a obra de Manuel de Faria e Sousa supera os reparos efetuados devido às suas virtudes.

Esther de Lemos, embora tenha criticado a sua intenção de glorificar Camões, pensa que os trabalhos literários de Manuel de Faria e Sousa dedicados ao autor d'*Os Lusíadas* são, pela riqueza da sua erudição, finura e acerto de muitas apreciações estéticas, do melhor que se escreveu em todos os tempos. Disserta que esses trabalhos permitem obter um retrato aliciante do próprio Manuel de Faria e Sousa, que regista com frescura e elegância natural as suas reações de leitura: entusiasmos, superlativos, revoltas, despeitos e protestos polémicos, ironias e travessuras (Lemos, 1999:480).

Conclui assegurando que o escritor foi um homem imaginoso, engenhoso e hábil, ao mesmo tempo um infatigável investigador e brilhante crítico, ou seja, um intelectual de invulgar estatura (Lemos, 1999:480).

John de Oliveira Silva rebate as críticas feitas a Manuel de Faria e Sousa ao considerar que, no século XIX, apareceram diversos detratores, como Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Wilhelm Storck, que o acusaram de forjar textos originais; Camilo Castelo Branco e Teófilo Braga que viram nele uma espécie de pária; ou Marcelino Menéndez Pelayo e Álvaro J. da Costa Pimpão que o carateterizaram como um escritor com falta de perspicácia crítica (Silva, 2001:61-62). Nota o mesmo autor que, em contraponto, Manuel de Faria e Sousa teve ardentes admiradores: Lope de Vega[27], que foi seu amigo, e os autores William Julius Mickle[28] e Sir Richard Burton[29], estes dois últimos, apesar de não o citarem, as suas obras serviram-lhes de fontes de informação (Silva, 2001:62). A respeito de não referirem o escritor felgueirense, John Silva cita uma passagem de Franck Pierce onde este é da opinião que Manuel de Faria e Sousa era "o mais entusiasta e inteligente de todos os poetas críticos e um que é muito mencionado mas, aparentemente, raramente consultado" (Silva, 2001:62).

Para a existência desta animosidade, John Silva alega a circunstância de ele ter, aparentemente, optado por ficar em Espanha aquando da Restauração da Independência, conduzindo, a partir desse momento, a que ficasse impopularmente conhecido como um "hispanizado" ou "estrangeirado", levando muitos autores a verem nele um bode expiatório das vaidades e frustrações lusitanas (Silva, 2001:62).

John Silva entende, assim, que Manuel de Faria e Sousa, se não foi o maior, terá sido um dos maiores comentadores de Luís de Camões, sendo a obra dedicada a este poeta um trabalho de monumental proporção e de grande erudição: esta assume um caráter universal repleto de assuntos literários, mas também de outras preocupações que tocam diversas áreas do conhecimento, como a arqueologia, psicologia, filologia, filosofia, política, sociologia, história, teologia e mesmo a música (Silva, 2001:74).

27 Poeta e dramaturgo espanhol (1562-1635) (Mateus, 2003:160).

28 Poeta escocês (1734-1789) autor de *There's nae luck aboot the Hoose* e da tradução para inglês de *The Lusiad; or, The discovery of India* (Mickle, 1877:XIII).

29 Geógrafo, explorador, poeta, soldado, linguista e diplomata inglês (1821-1890). Ficou conhecido pelas suas viagens e estudos sobre a América, África e Ásia.

Para um estudo correto desta matéria temos de analisar um dado que pode ser preponderante para se compreender esta problemática: o uso de Camões como elemento de união nacional aquando do domínio filipino.

Esther de Lemos (1989:464) defende que o culto a Camões foi uma forma de demonstrar o nacionalismo português face a Espanha.

Na mesma linha de pensamento, Hernâni Cidade (1989:77) explica que o descontentamento produzido pela união em monarquia dual teve expressão numa literatura que, mesmo sob a aparência de um calmo conformismo, afirmava e exacerbava o sentimento autonomista. Ou seja, a literatura estaria a ser usada por diversos escritores como forma de enfrentar o domínio filipino, onde Luís de Camões, uma das figuras que então melhor retratava o espírito de ser português, estaria a ser usado como charneira para enaltecer o sentimento nacional que, por esta altura, se encontrava ferido.

Como tínhamos analisado sob o ponto de vista histórico, também no campo poético Manuel de Faria e Sousa, provavelmente, seguiu as correntes de seiscentos em que, não havendo uma outra arma eficaz, usaram as letras para lutar contra o domínio do país vizinho.

Apesar das críticas formuladas, torna-se indiscutível que Luís de Camões foi, ao nível poético, um dos inspiradores de Manuel de Faria e Sousa, como João de Barros o foi na historiografia. António José Saraiva e Óscar Lopes (1989:403) integram Manuel de Faria e Sousa na escola camoniana, vertente lírica, com a obra *Fuente de aganipe y rimas varias*.

Idêntica opinião tem Zulmira Santos (1996:466) que o inclui, juntamente com frei Tomé de Faria[30], Rodrigues Lobo e Rolim de Moura[31], na linha camoniana do século XVII.

Por fim, Barry Taylor (2007:9), ao analisar sonetos de Manuel de Faria e Sousa sobre questões mitológicas – entre eles Hércules, Vénus de Apeles, Dédalo, Ícaro ou Leandro e o Amor –, defende que a fonte de inspiração foi Camões e ao fazê-lo ajudou na construção do conceito de soneto epigramático sobre temas míticos.

Embora tenha sido bastante censurado, os elogios a Manuel de Faria e Sousa parecem sobrepor-se, existindo uma lista extensa de autores que evidenciam as suas qualidades literárias. Em finais do século XIX, Inocêncio Francisco da Silva (1858:413) intitula-o como um "célebre e incansável escriptor".

Carlos Eduardo Soveral (1989:1052) classifica-o como um polígrafo fecundíssimo, que deve ser compreendido na vaga de escritores, entre os quais foi Quevedo[32], colocando-o como um dos herdeiros do quinhentismo português.

Por sua vez, Joaquim Veríssimo Serrão (1992:6) advoga que ele, ao longo de vários anos, dedicou-se a deixar um testemunho da sua vasta erudição à cultura portuguesa e que tudo o que realizou "dá-lhe jus a que seja considerado um dos mais ilustres polígrafos da primeira metade do séc. XVII". Termina o elogio assegurando que "não seria mesmo arriscado poder defini-lo como um verdadeiro benemérito das letras seiscentistas".

Para Sampaio Bruno (1996:249), Manuel de Faria e Sousa foi muito desacreditado no período moderno, porque não se entendeu o seu pensamento na história literária,

30 Cidadão português (1558-1628), religioso carmelita e doutor em teologia. Autor da obra *Sermão na canonização dos Santos Inácio e Xavier* (Correia *et al.*, 1942:924).

31 Poeta e escritor português (1572-1640) cuja obra principal foi *Dos novíssimos do homem*, de 1623 (Correia *et al.*, 1942:76).

32 Poeta épico setubalense (séculos XVI-XVII) que compôs em latim, português e castelhano. Manuel de Severim considera-o o maior poeta depois de Camões. Destacamos a sua obra *Afonso africano: poema heroico da presa de Arzila e Tânger*, de 1611 (Correia *et al.*, 1942:27).

muito devido a ter escrito quase tudo em castelhano, sendo, contudo, um dos maiores eruditos do seu século.

Como conclusão notamos que, apesar de ter escrito em língua castelhana, fê-lo para divulgar a glória portuguesa, quer na história quer na poesia, com intuito de chegar a um maior número de leitores possível.

Não concordamos, assim, com a visão dos autores citados que o colocam como um detrator da nossa história e literatura. Se assim fosse, porventura, seguiria outras fontes de inspiração, talvez espanholas e não portuguesas, e não se dedicaria a escrever sobre o seu país.

Terminamos com um comentário transcrito de um estudo desenvolvido pelo Institutionen för Spanska, Portugisiska och Latinamerikastudier (ISPLA), da Universidade de Estocolmo (Suécia), em que, ao fazer uma abordagem à literatura portuguesa desde o século XIII até ao presente, considerou os comentários de Manuel de Faria e Sousa aos *Lusíadas* como um “tratado monumental de amor e erudição” (ISPLA, 2011:7). Pensamos que esta menção é bastante elucidativa para caraterizar não só os comentários a Camões, mas todo o empenho colocado por Manuel de Faria e Sousa em prol da pátria portuguesa.

Retrato de Manuel de Faria e Sousa em *Asia portuguesa*.

Obras impressas e manuscritas de Manuel de Faria e Sousa

EVROPA
PORTUGUESA.

POR SU AUTOR
MANUEL DE FARIA, Y SOUSA
Cavallero de la Orden de Christo, y de la
Casa Real.

TOMO I.

DEDICALA ANTONIO CRAESBEECK DE
Mello
AL SERENISSIMO
PRINCIPE
DON PEDRO REGENTE, Y
GOBERNADOR DE PORTUGAL, &c.
Año 1678.

Tota licet
veteres ex
ornent un
diq3 ceræ
Iuven,

LISBOA
En la Officina de Antonio Craesbeeck
demello Impressor de sua Alteza
Año 1675

Atria nobi
litas sola
est atq3 uni
ca virtu
Sat. 8.

Foi no ano de 1623 que Manuel de Faria e Sousa começou a publicar as suas obras, iniciando "a manifestar el grã caudal de letras, ingenio, y juizio, que Dios deposito en el" (Moreno Porcel,1650:18). Após a sua morte, o seu filho Pedro de Faria e Sousa e toda a família regressaram a Portugal trazendo consigo todo o espólio do pai, procedendo à publicação (Almeida, 1945:XVI) de um conjunto de trabalhos inéditos.

De mencionar que as suas obras, apesar de terem sido, na sua maioria, escritas em castelhano e posteriormente editadas em português, algumas delas foram traduzidas, no século XVII, em língua inglesa, testemunhando o alcance universal da obra deste escritor felgueirense.

De seguida, apresentamos as principais obras impressas e manuscritas do escritor.

Obras impressas

• *Muerte de Jesus y llanto de Maria.* Madrid: Ivan Delgado, 1623.

• *Fabula de Narciso e Echo.* Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1623.

Obra dedicada a Lope de Vega (Silva, 1858:414).

• *Divinas y humanas flores: primera y segunda parte.* Madrid: Diego Flamengo, 1624.

• *Noches claras.* Madrid: Diego Flamengo, 1624.

• *Epithalamio de los casamientos de los señores Marqueses de Molina*. Saragoça, 1624.

Diogo Barbosa Machado, em *Bibliotheca Lusitana*, caraterizou-a como "huma larga cançaõ".

• *Fuente de aganipe y rimas varias.* Madrid: Diego Flamengo, 1624-1627.

Poesia. Constituída por sete partes. Em 1639, a edição estava esgotada, tendo sido editada, em Madrid, uma segunda com acrescentos, entre 1644 e 1646 (Silva, 1858:414).

• *Epitome de las historias portuguesas*. Madrid: Francisco Martinez, 1628; Lisboa: Francisco Villela, 1663, 1674; Bruxelas: Francisco Fopens, 1677.

Historiografia. Foi com esta obra que Manuel de Faria e Sousa se estreou como historiador. Devido à crítica que obteve, esta obra foi, posteriormente, ampliada e editada com o título *Europa portuguesa*. Considerada por Fidelino Figueiredo como uma verdadeira enciclopédia da história portuguesa (Soveral, 1989:1052).

• *Lusiadas de Luis de Camoens, príncipe de los poetas de España. Al rey nuestro señor Filipe Quarto, el grande. Comentadas, etc.* Madrid: Juan Sanches, 1639 (2 tomos).

Edição comentada. Este trabalho foi iniciado durante a sua estadia em Roma, entre 1613 e 1614, com 23 anos de idade, e quando Manuel Correia publicou os seus comentários à obra de Luís de Camões. Pelo que parece, Manuel de Faria e Sousa ao observar Manuel Correia embaraçado nos comentários aos Lusíadas, decidiu ele próprio fazer os seus comentários (Lemos, 2003:48). Para a sua realização usou mais de 1000 autores, dos quais 300 italianos. Recebeu vários elogios pelo seu trabalho, mas também dissabores, sobretudo por ter estado sujeito à Inquisição. A obra foi analisada, primeiramente, pela Inquisição espanhola e, depois, pela portuguesa, devido às denúncias apresentadas por D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, acusando o autor de usar, na obra, certos

Europa portuguesa.

INFORMACION EN FAVOR DE MANVEL DE FARIA I SOVSA

CAVALLERO DE LA ORDEN DE CHRISTO, I CASA REAL.

SOBRE LA ACVSACION

Que se hizo en el Tribunal del Santo Oficio de Lisboa, à los Comentarios que docta, i judiciosa, i catolicamente escrivio à las LVSIADAS del doctißimo, i profundißimo, i solidißimo Poeta Christiano LVIS DE CAMOENS, unico Ornamento de la Academia Española en este genero de Letras.

PROPOSICIONES

Del Comentado, i del Comentador, en que se fundò la Acusacion, i el Iuizio.

Ntra el POETA en el Canto 1. fantaseando, que Iupiter llamò a Concilio los Dioses, para la resolucion del intento de los Portugueses, en descubrir passo para la India por el Oceano, desde la estancia 20. I desde la 30. introduze a Baco Opuesto a este descubrimiento. I desde la 33. a Venus, por Auxiliadora dellos. I desde la 36. a Marte,

agora à los Portugueses por Portadores de su Dotrina a la India. Bacó al Demonio, que como enemigo notorio della, pretēdia estorvar el passaje. Venus a la propia Dotrina, o Religion, o Iglesia militante, que acudiendo por si misma, ponderava las muchas razones con que los Portugueses merecian el passarla allà; i que ella tenia para desear ser llevada por ellos. Marte a Sant Tiago, que mil vezes acudiò con las armas en fa-

lugares menos católicos. Mas como a Inquisição do país vizinho não atendeu às acusações, D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, em conluio com Manuel de Gallegos e Manuel Pires d'Almeida, estes dois também inimigos de Manuel de Faria e Sousa, apresentou acusação na Inquisição portuguesa (Silva, 1858:415). A obra voltou a ser examinada e perante a acusação e na necessidade de se defender, Manuel de Faria e Sousa redigiu e publicou a sua defesa em *Informacion en favor de Manuel de Faria i Sousa*, de seguida apresentada.

• *Informacion en favor de Manuel de Faria i Sousa… sobre la acusacion que se hizo en el tribunal del Santo Oficio de Lisboa, a los comentarios que docta, i judiciosa, i catolicamente escrevio a las Lusiadas del doctisimo, i profundisimo, i solidisimo poeta christiano Luis de Camoens,* 1640.

Esta obra foi escrita em 15 dias em defesa da sua obra *Lusiadas de Luis de Camoens, príncipe de los poetas de España. Al rey nuestro señor Filipe Quarto, el grande. Comentadas, etc.*

• *Peregrino instruido*.

Obra editada sem data e sem o nome do autor ou impressor (Silva, 1858:416).

• *Império de la China y cultura evangelica en el por los religiosos de la compañia de Jesus, sacado de las noticias del padre Álvaro Semmedo de la própria compañia*, 1643.

Historiografia. Narra a história destas províncias.

• *Nenia: poema acrostico a la reyna de España D. Isabel de Bourbon*. Madrid: Imprenta Real, 1644.

Poesia.

Informacion en favor de Manuel de Faria i Sousa.

• *Pompa funeral de la reyna de Castilla, D. Isabel de Bourbon celebrada en el convento de S. Jeronimo de Madrid.* Madrid, 1645.

Reúne diversas poesias, tanto em língua portuguesa como castelhana, em honra da falecida e do seu marido, Filipe IV de Espanha (III de Portugal).

• *Nobiliario del conde de Barcelos, D. Pedro, hijo del rey D. Dionis de Portugal traducido castigado y con nuevas illustraciones de varias notas.* Madrid: Alonso de Paredes, 1646.

Historiografia. Obra traduzida e anotada por Manuel de Faria e Sousa, onde refere, no prólogo, que este nobiliário encontrava-se adulterado, não sendo uma produção genuína do seu autor.

NOBILIARIO
DEL CONDE DE BARCELOS
DON PEDRO
Hijo del Rey Don Dionis
de Portugal
Traduzido caſtigado y
con nuevas ilustraciones de varias notas
por Manuel de Faria i Sousa Cavallero
dela Orden de Christo i de
la Casa Real.
Al Sr. D. Francisco Antonio de
Alarcon Cauallero dela Orden de S. Tiago
del Consº. i Camara de su Magª. i Presidente
enel Supremo de Hazienda &c.
EN MADRID
Por Alonso de Paredes, MDCXLVI.

Nobiliario del conde de Barcelos.

ASIA
PORTVGVESA.
TOMO I.
DE MANVEL DE FARIA Y SOVSA
Cauallero de la Orden de Christo,
y de la Casa Real.
Dedicala su hijo el Capitan Pedro de
Faria y Sousa.
AL REY N. S.
DON ALONSO VI.
de Portugal, &c.

LISBOA.
En la Officina de Henrique Valente de
Oliueira Impressor del Rey N.S.
Año 1666.

Asia portuguesa.

• *Elegia de Luis de Camões, comentada por Manuel de Faria e Sousa: vergel de Amor*.

Obra de elogio a Luís de Camões.

• *Dos tradiciones*.

Historiografia. Crónica do príncipe e posterior rei D. João I de Portugal.

• *Traducción de la Filosofia de Alberto Magno*.

Tradução.

• *Fortuna, e vida de Manuel de Faria e Sousa cavallero del orden de Christo e de la casa real*, 1649.

Biografia. Obra inacabada devido à morte do autor em 1649. Constituída por nove partes.

• *El gran justicia de Aragon don Martin Baptista de Lanuza*. Madrid: Diego Dias de la Carrera, 1650.

Obra póstuma. Biografia. Narra a vida do seu amigo D. Martin Baptista de Lanuza.

• *Escuriale por Jacobum Gibbes Anglum*. Matriti apud Joannum Sanches, 1658.

Obra póstuma. Tradução numa ode castelhana da descrição latina do Mosteiro de Escorial (Silva, 1858:415).

• *Asia portuguesa*. Lisboa: Henrique Valente de Oliveira, 1666 (tomo I); Lisboa: António Craesbeeck de Melo, 1674 (tomo II); Lisboa: António Craesbeeck de Melo, 1675 (tomo III).

Obra póstuma. Historiografia. Este trabalho acaba por ser um breviário das *Décadas* de João de Barros e dos seus seguidores. Contém a história da Índia desde o seu descobrimento até ao ano de 1538 (tomo I); os sucessos

portugueses desde 1538 a 1581 (tomo II) e os sucessos ocorridos no tempo dos Filipes (tomo III).

Esta foi a primeira obra póstuma editada em Portugal, através da ação do seu filho, Pedro de Faria e Sousa. Encontra-se editada em língua inglesa com o título *The Portuguese Asia or the history of the discovery and conquest of Índia by the Portuguese. Translated by Capt. John Stevens*. London, 1694-1695, 3 tomos.

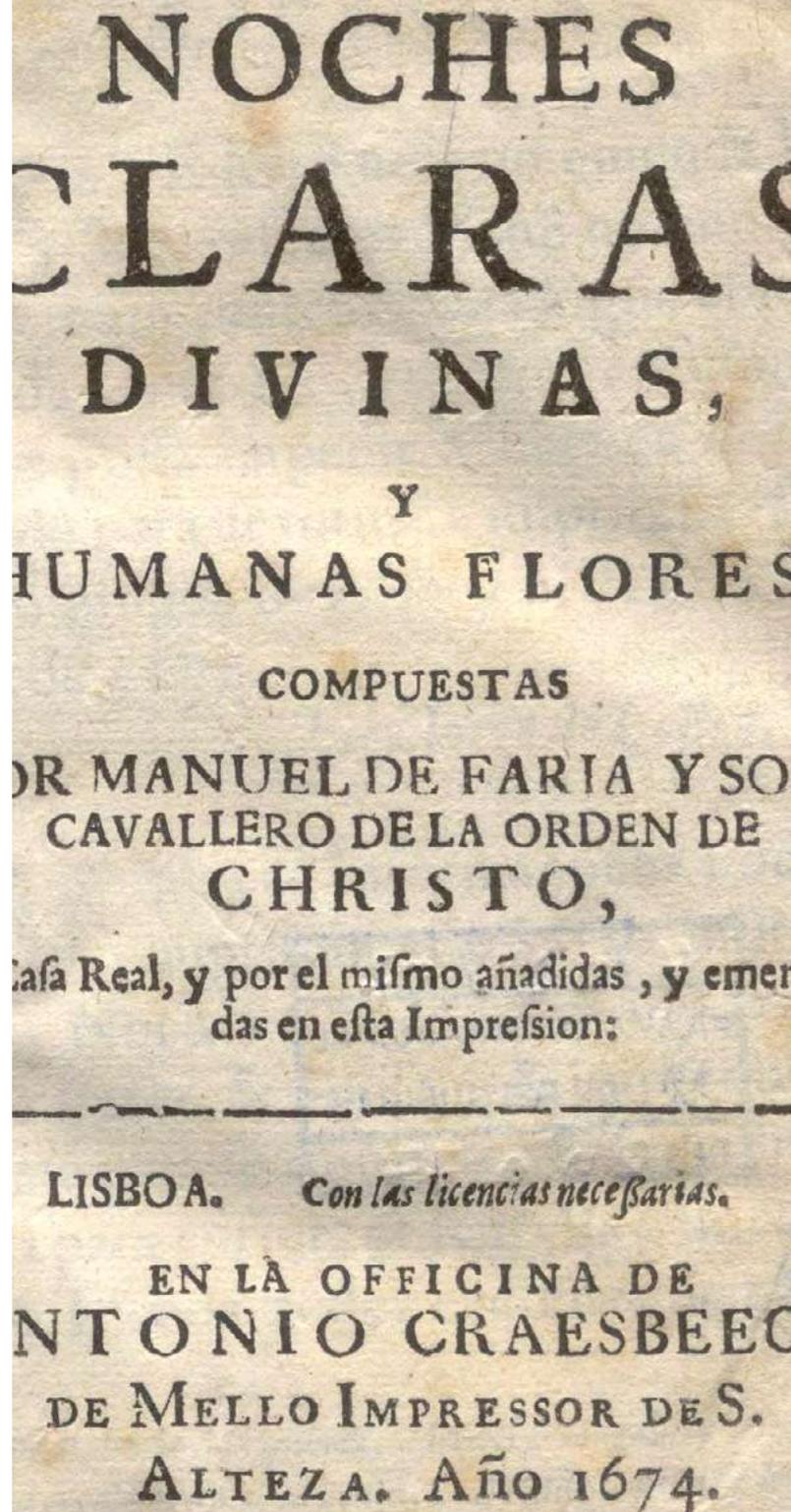
• *Noches claras, divinas, y humanas flores: por el mismo añadidas, y emendadas en esta impression.* Lisboa: António Craesbeeck de Mello, 1674.

Obra póstuma. Novela. Esta é o resultado da junção das obras *Divinas y humanas flores* e *Noches claras.* Segundo Sampaio Bruno (1996:258), primeiramente a obra seria para ter o título *Discursos morales y politicos*, mas o impressor convenceu o autor a mudar o título para um mais pomposo com o intuito de se tornar mais vendável. Nesta obra não temos um tema concreto, mas vários, sendo considerada uma obra bastante desequilibrada.

• *Europa portuguesa: segunda edicion correcta, ilustrada y añadida en tantos lugares, y com tales ventajas, que es labor nueva.* Lisboa: António Craesbeeck de Melo, 1678 (tomo I), 1679 (tomo II) e 1680 (tomo III).

Obra póstuma. Historiografia. O primeiro tomo tinha saído primeiramente no ano de 1667, mas tinha sido suspensa a sua impressão. No primeiro tomo é narrada a história desde o *Dilúvio universal* até ao ano em que Portugal teve rei próprio. O segundo tomo inicia-se com a história do conde D. Henrique até ao reinado de D. João III. No terceiro tomo temos a história de Portugal desde D. Sebastião até Filipe IV de Castela (III de Portugal).

NOCHES
CLARAS
DIVINAS,
Y
IUMANAS FLORES
COMPUESTAS
OR MANUEL DE FARIA Y SO
CAVALLERO DE LA ORDEN DE
CHRISTO,
asa Real, y por el mismo añadidas, y emen
das en esta Impression:
LISBOA. Con las licencias necessarias.
EN LA OFFICINA DE
NTONIO CRAESBEEC
DE MELLO IMPRESSOR DE S.
ALTEZA. Año 1674.

Noches claras, divinas, y humanas flores: por el mismo añadidas, y emendadas en esta impression.

AFRICA
PORTVGVESA.
POR
SV AVTOR
MANVEL DE FARIA, Y SOVSA
Cavallero de la Orden de Chriſto, y de
la Caſa Real.
TOMO UNICO
DEDICALA ANTONIO CRAESBEECK DE MELLO
AL SERENISSIMO PRINCIPE
DON PEDRO
REGENTE,
Y GOBERNADOR DE
PORTVGAL &c.

LISBOA.
Con las licencias neceſſarias, y Privilegio Real.
A coſta d' Antonio Craesbeeck de Mello Impreſſor de Su Alteza.
Año 1681.
Vendeſe en ſu Caſa en la Calle de los Eſpingarderos en Valverde

Africa portuguesa.

• *Africa portuguesa: tomo único*. Lisboa: António Craesbeeck de Melo, 1681.

Obra póstuma. Historiografia. Compreende a história de Portugal desde D. João I até 1562. Esta é a última obra histórica de Manuel de Faria e Sousa, ficando incompleta, pois o seu autor acabou por morrer sem a terminar.

• *Rimas varias de Luis de Camoens príncipe de los poetas heroycos y lyricos, de España, comentadas: tomos I e II que contienen la primera, segunda, y tercera centuria de los sonetos.* Lisboa: Theotonio Dâmaso de Mello, 1685.

Obra póstuma. Edição comentada à obra de Luís de Camões. Em 1689, na Oficina Craesbeeckiana, em Lisboa, são editados os restantes tomos III, IV e V, que contêm: as canções, odes e sextinas (tomo III); elegias e oitavas (tomo IV) e as primeiras oito églogas (tomo V). Em pleno século XX, em 1972, foi reeditada pelo Instituto Nacional – Casa da Moeda. Ficaram dois tomos (VI e VII) manuscritos.

• *Historia del reyno de Portugal*. Bruxelas: Francisco Foppens, 1730.

Obra póstuma. Historiografia. Dividida em cinco partes, iniciando-se com os Lusitanos, passando pela união a Castela e terminando na descrição do reino e das suas famílias nobres.

Obras manuscritas

• *América portuguesa.*

Obra inédita e perdida. Historiografia. Esta fora entregue por Manuel de Faria e Sousa, em Madrid, a Duarte de Albuquerque, senhor de Pernambuco, em virtude de ter pedido ao autor para imprimir por sua conta, como homem interessado pelas coisas do Brasil. Sucede que Duarte de Albuquerque submeteu a obra ao Conselho Real de Castela para obter licença para imprimir e o secretário do Conselho, Diogo Soares, por inimizade que tinha com o senhor de Pernambuco, ocultou-a, pelo que nunca mais se soube dela. Este manuscrito relata a história da província de Santa Cruz desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até ao ano de 1640.

• *Albania.*

Poema lírico a que serviu de assunto D. Maria Pinto, assistente no Mosteiro de São Bento de Vairão, no concelho de Vila do Conde, à qual Manuel de Faria e Sousa dedicava as suas poesias na adolescência.

• *Arte poética y versificatoria.*

Poesia. Obra oferecida por Pedro de Faria e Sousa ao arcebispo de Braga, D. Luís de Sousa.

• *Cathalogo de los escritores portugueses.*

Obra que pertence à biblioteca do conde de Redondo.

• *Centurias de cartas.*

Assuntos diversos.

• *Chronica del Príncipe D. Juan despues rey de Portugal que escrivio Damian de Góis.*

• *Comedias e prozas del mismo poeta: comentadas.*

• *Filosofia natural de Alberto Magno traducido en castellano.*

• *Historia de España escrita por Apiano traducida en castellano.*

• *Historia de los marquezes de Castello Rodrigo e de la família de Moura.*

Obra escrita a pedido do marquês de Castelo-Rodrigo.

• *Lusiadas de Luis de Camoens, príncipe de los poetas de España. Comentadas por Manuel de Faria e Sousa*, 1636.

Manuscrito-base para a edição impressa de 1639.

• *Notas a Cornelio Tácito.*

Traduzida por Manoel Soeiro.

• *Notas ao poema da Ulissea do doutor Gabriel Pereira de Castro.*

O original encontra-se na biblioteca da Congregação do Oratório de Lisboa.

• *Rimas varias de Luiz de Camoens commentadas.* Tomo VI e tomo VII.

Continuação da obra cujos cinco primeiros tomos já tinham sido publicados em 1685 e 1689. Comentários à obra de Luís de Camões.

• *Vidas de S. Paulo primeiro ermita, S. Hilarion, S. Mateo traduzidas de latim de S. Jerónimo.*

Tradução. Historiografia. Narra a história destes santos.

Manuel de Faria e Sousa e a lealdade a Portugal

Após a Restauração da Independência Portuguesa, em 1640, Manuel de Faria e Sousa não regressou à pátria-mãe.

Como o próprio não apresentou um motivo concreto, ao longo dos tempos surgiram duas teorias para o sucedido, sendo estas sustentadas em duas fontes principais, uma espanhola e outra portuguesa. Apoiada no seu biógrafo espanhol, Francisco Moreno Porcel, a primeira teoria admite que ele recusou voltar a Portugal porque foi fiel ao monarca espanhol. A segunda teoria, baseada sobretudo nos escritos do 4.º conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses[1], defende a possibilidade de ter ficado no país vizinho como informador do rei português.

Relativamente à primeira, Camilo Castelo Branco, no seu ensaio biográfico-crítico *Manuel de Faria e Sousa: estudo histórico*, publicado em 1900, em *Mosaico e Silva de curiosidades históricas, literárias e bibliographicas*, foi muito duro para Manuel de Faria e Sousa e para quem o apoiou. Camilo justifica o não regresso com a circunstância de Manuel de Faria e Sousa ter preferido ser fiel ao monarca espanhol Filipe IV, renegando o seu país de origem (Castelo Branco, 1900:145). Não obstante, a determinado momento, manifestar que o conde da Ericeira foi "desgraçadamente verdadeiro" com o que escreveu sobre o escritor português, afirma que houve historiadores castelhanos mais lusitanos que Manuel de Faria e Sousa (Castelo Branco, 1900:141) e que este mentia "desbragadamente para lisonjear o usurpador", ou seja, Espanha (Castelo Branco, 1900:145). Finaliza justificando com a ignorância ou obcecação os que apoiam a tese do patriotismo (Castelo Branco, 1900:149).

Eduardo de Freitas, investigador felgueirense no campo da genealogia, embora admita a hipótese de ele ter ficado em Espanha para ser espião ao serviço do monarca português, acaba por classificar Manuel de Faria e Sousa como um "mau português ao serviço dos Filipes a quem servilmente lisonjeou em prosa e verso" (Freitas, 1985:246).

Mas, a ideia de ter ficado em Espanha por opção livre e voluntária é colocada em causa por vários autores. Lopes d'Almeida encara a possibilidade de ele ter feito todos os esforços para voltar a Portugal, mas sem sucesso, devido à oposição do conde-duque de Olivares, em virtude de ter instituído, em Madrid, um organismo especial de contrarrevolução. O conde estaria a utilizar os portugueses residentes em Espanha, servindo-se da calúnia, da propaganda e do dinheiro, com intuito de criar divisões entre estes (Almeida, 1950:XXXI).

Partilhando em parte esta justificação, Ruy d'Abreu Torres é da opinião que ele só não regressou, porque não o conseguiu. Expõe que ele tentou por duas vezes pedir licença para regressar a Portugal, sendo-lhe negada tal pretensão (Torres, 1990:76).

Para Joaquim Veríssimo Serrão, apesar de ser acusado de pactuar com Espanha, o seu patriotismo não pode suscitar dúvidas, advogando a seu favor o facto de os últimos nove anos de sua vida terem sido passados em condições extremamente difíceis, sem autorização para deixar o país. Termina a defesa de Manuel de Faria e Sousa referindo que ele jamais renegou a sua "devoção à pátria saudosa e distante" (Serrão, 1992:6).

Contrariando a hipótese de lealdade a Espanha, é avançada uma teoria para justificar o sucedido: Manuel de Faria e Sousa não regressou para que pudesse funcionar como *informador* da coroa portuguesa sobre as ações de Madrid.

1 Militar, bibliófilo, historiador e poeta português (1673-1743) que, pela ação na campanha da batalha do exército e província do Alentejo, foi nomeado mestre-de-campo-general. Fundou em sua casa a Academia Filosófica (c.1718/1719) e foi um dos primeiros membros da Academia de História (Andrade, 2001:730).

Quadro de C. Alberto Santos representando a morte de Miguel de Vasconcelos.
In CORREIA, Raul – *Quadros da história de Portugal*. Lisboa: Luís António Cordeiro de Lima, 1985, p. 9.

Baseando-se no narrado pelo conde da Ericeira, António Correia *et al*. (1942:931) citam o conde quando este escreveu que Manuel de Faria e Sousa foi um paladino da independência, arriscando passar informações e avisos, juntamente com o seu amigo marquês de Montebelo, ao monarca português D. João IV.

Por sua vez, Ruy d'Abreu Torres, citando novamente o referido conde, relata que o escritor em questão correspondia-se regularmente com o referido monarca, dando "as noticias mais seguras e os avisos mais ocultos, e os conselhos mais prudentes, expondo-se a maiores perigos do que os que serviam na guerra" (Torres, 1990:76).

Jonathan William Wade, na sua tese de doutoramento em Filosofia, apresenta uma teoria curiosa relativamente aos que acusam Manuel de Faria e Sousa de que ao utilizar a língua castelhana, estaria a ser um antipatriota. O investigador conclui que o escritor português está inocente de falta de lealdade ao seu país, mas é culpado de nacionalismo exacerbado a favor de Portugal (Wade, 2009:86), porque nos seus comentários, poesias ou obras históricas, a nação portuguesa apresenta-se sempre como a protagonista. O uso constante das expressões "nuestra nación", "nuestro Reyno" e "nación portuguesa" são o sinal evidente do seu patriotismo (Wade, 2009:109).

Analisados os motivos apresentados pelos defensores das hipóteses expostas, pensamos que existem razões suficientes para se considerar como válida a possibilidade de Manuel de Faria e Sousa desejar regressar, mas, perante tal impossibilidade, funcionou em Espanha como informador do reino português.

Para corroborar esta teoria, existem dois dados relevantes. O primeiro é o episódio de regresso a Portugal da família do escritor, trazendo também consigo os seus restos mortais e o espólio literário. Caso ele e a família não fossem patriotas não haveria lógica no regresso ao país de origem, onde, porventura, estariam sujeitos à marginalização e ao livre arbítrio do poder reinante.

Neste contexto, devemos lembrar que Pedro de Faria e Sousa estava casado com uma espanhola, aumentando desta forma as possibilidades de justificação para permanência no país vizinho. Porém, tal situação não se veio a verificar. Ou seja, teria de haver uma razão bastante forte para regressarem, não podendo ser outra a não ser o patriotismo de Manuel de Faria e Sousa e da sua família. Esta situação fica patente na dedicatória que Pedro de Faria e Sousa faz, no livro *Asia portuguesa*, ao príncipe regente D. Pedro[2], quando menciona que o seu pai sempre dedicou grande amor à sua pátria ao escrever obras sobre Portugal. Recorda as suas *Rimas* onde, segundo o filho, existem cerca de dez sonetos a favor da Restauração da Independência, enaltecendo o seu pai por ele os ter escrito na corte espanhola à vista de todos (Sousa, 1945:25).

O mesmo aconteceu no soneto 64, sexta centúria, da primeira parte das *Rimas* onde o seu pai elogia o rei restaurador, considerando-o digno e legítimo sucessor da coroa portuguesa (Sousa, 1945:25):

"Se excelso sangue he digno de tesouro;
Digno de imperio; tu de tudo és digno:
A Ti se incline o Tejo cristalino;
A Ti se incline o cristalino Douro.

Se por valor se alcança o verde louro,
Que o soberano Apolo fêz divino,
Nunca o vio o Teatro Tiberino
Noutra fronte melhor orlado de ouro".

2 D. Pedro (1648-1706) foi príncipe regente durante 16 anos até à morte do seu irmão, o rei D. Afonso VI. Foi aclamado rei de Portugal em 1683 com o título de D. Pedro II, *O Pacífico* (Oliveira, 2009:406).

O segundo episódio, talvez o mais relevante, passou-se em 1651, quando o monarca português D. João IV acolheu de forma benévola Pedro de Faria e Sousa, concedendo-lhe uma tença de 50 mil réis, no Reguengo de Aguiar, levando-se a presumir, desta forma, das reais intenções para o seu pai não regressar ao reino português. Ou seja, este foi o reconhecimento póstumo do trabalho de espionagem realizado na corte espanhola por Manuel de Faria e Sousa.

Esta parece-nos assim ser a teoria mais lógica e credível para justificar o seu não regresso. Obviamente que, numa nação acabada de sair do domínio espanhol, a existência de portugueses a residirem em Espanha, sem ser apresentada uma justificação para tal, terá sido encarada por muitos como um ato que colidia com o novo desígnio libertador, de união nacional e anti-hispânico.

Lopes d'Almeida (1945:XXX-XXXI), na sua introdução à obra *Asia portuguesa*, reeditada em 1945, sintetiza, de forma brilhante, os sentimentos patrióticos de Manuel de Faria e Sousa:

"Um conjunto de circunstâncias conjurou-se para carregar a memória de Faria e Sousa com um apôdo aprobrioso. À consciência de hoje parece que homem tão talentoso quanto infeliz, não merecia que o malsinassem a ponto do seu nome ter passado à posteridade como de português indigno. Parece irrazoável que o homem que às vésperas da Aclamação se correspondia com Fr. Francisco Brandão, Manuel Severim de Faria e João Pinto Ribeiro, e em cujas produções literárias transparece vivo sentimento da Pátria e da sua dignidade, não tivesse sentido essas horas puras da manhã de 1 de Dezembro de 1640 e não se tivesse comovido com a restauração nacional."

Através da reunião dos dados expostos neste capítulo, consideramos que Manuel de Faria e Sousa foi injustamente considerado um mau português, quando tudo fez para o bem do seu país.

Conclusão

Nascido numa pequena aldeia de Entre-Douro-e-Minho e após uma infância algo atribulada, Manuel de Faria e Sousa soube procurar o melhor para si e para a sua família no mundo de então. Braga, Porto, Génova, Roma, Lisboa e Madrid foram cidades por onde passou, crescendo sob todos os pontos de vista (educacional, religioso, profissional, literário, cultural…). Foi um cidadão que viajou pelo mundo e sobre esse mundo escreveu.

Mas nunca se esqueceu das suas origens. Nas suas obras recorda, com saudade, o rio Vizela, a sua terra natal, a quinta onde residiu, o seu Mosteiro de Pombeiro e as vivências nele, bem como os seus ilustres ascendentes dos quais tinha muito orgulho.

Contudo, o contexto histórico nacional em que viveu Manuel de Faria e Sousa não o favoreceu. Numa sociedade subjugada a Espanha, qualquer escritor que escrevesse em castelhano era visto como um negador do sentimento nacional. Mas este idioma era um meio para ele atingir um fim: exaltar os grandes vultos literários nacionais – como Luís de Camões, de quem era um devoto seguidor – ao mesmo tempo que glorificava a história do nosso país. Mesmo assim, esteve sujeito a inúmeras críticas e acusações, inclusive o de atribuir a Camões sonetos que não eram dele. Todavia, denota-se, nas suas obras, o amor pelas coisas portuguesas. Os comentários à obra de Luís de Camões e os trabalhos sobre a história nacional evidenciam que os temas portugueses eram uma prioridade para o escritor. Foi assim um patriota, servindo Portugal através das letras, por muito que tivesse vivido a maior parte da vida em Madrid.

No entanto, a sua vida e obra ainda são uma incógnita para muitos portugueses e, para muitos outros, um escritor a esquecer. O seu não regresso a Portugal após a Independência em relação a Espanha, em 1640, é um outro motivo que prejudicou e, talvez, ainda prejudique a verdadeira imagem do escritor natural de Pombeiro.

Notamos, assim, uma divisão latente de como se deve entender o escritor felgueirense sob os pontos de vista literário e histórico. Concordamos, deste modo, com Xosé Manuel Dasilva (2011:52) quando considera que Manuel de Faria e Sousa é, infelizmente, uma figura ainda hoje problemática para muitos portugueses.

Compete-nos agora, a nós, dar o devido valor a Manuel de Faria e Sousa, pois foi um *cidadão do mundo e das letras ao serviço de Portugal.*

Retrato de Manuel de Faria e Sousa em *Asia portuguesa.*

Cronologia

1578, agosto, 4 Batalha de Alcácer-Quibir. Desaparecimento de D. Sebastião.

1580, janeiro, 31 Morre o cardeal D. Henrique.

1581, abril, 17 Cortes de Tomar: início da dinastia Filipina.

1590, março, 18 Nasce Manuel de Faria e Sousa, na Quinta do Souto, Pombeiro, Felgueiras.

1600 Está a estudar em Braga (ou em Refojos de Basto).

1604 Entra ao serviço do bispo do Porto, como seu secretário.

1614 Casamento do escritor com Catarina de Machado.

1618 Regressa a Pombeiro e fica a residir na Quinta da Caravela, propriedade de sua família.

1619 Parte para Madrid para secretariar Pedro Álvares Pereira, secretário do Conselho de Estado de Filipe III de Espanha.

1623 É impressa a sua primeira obra, *Muerte de Jesus y llanto de Maria,* em Madrid.

1628 Regressa a Portugal e fica a residir em Lisboa. É editada a sua obra histórica *Epitome de las historias portuguesas.*

1630-1631 Visita Pombeiro pela última vez.

1631, outubro Parte para Roma para ocupar o cargo de secretário da embaixada do reino junto do papa Urbano VIII.

1633, setembro, 14 É recebido em audiência pelo papa Urbano VIII.

1633-1634 Regressa a Madrid. É preso por inconfidências e participação em intrigas contra castelhanos. É declarado inocente e libertado, mas com residência fixa na capital espanhola.

1639 É publicado, em dois tomos, o seu comentário a *Os Lusíadas* de Luís de Camões, com o título *Lusiadas de Luis de Camoens, príncipe de los poetas de España. Al rey nuestro señor Filipe Quarto, el grande. Comentadas, etc.*

1640 Para se defender perante a Inquisição Portuguesa escreve a obra *Informacion en favor de Manuel de Faria i Sousa… sobre la acusacion que se hizo en el tribunal del Santo Oficio de Lisboa, a los comentarios que docta, i judiciosa, i catolicamente escrevio a las Lusiadas del doctísimo, i profundísimo, i solidísimo poeta christiano Luis de Camoens.*

1640, dezembro, 1 Restauração da Independência.

1647 Adoece gravemente.

1649, junho, 3 Morre em Madrid.

1649, junho, 4 É sepultado no Mosteiro Premonstratense de Madrid.

1650 É publicada a título póstumo a sua obra *El gran justicia de Aragon don Martin Baptista de Lanuza.*

1651 D. João IV concede a Pedro de Faria e Sousa, filho de Manuel de Faria e Sousa, uma tença de 50 mil réis.

1660, setembro, 6 As suas ossadas são transladadas para o Mosteiro de Pombeiro.

1666 É publicada a título póstumo a sua obra *Asia portuguesa*, pela ação do seu filho, Pedro de Faria e Sousa.

1668, fevereiro, 13 Assinatura do Tratado de Lisboa em que Espanha reconhece a independência portuguesa.

1730 É publicada em Bruxelas a sua obra *Historia del reyno de Portugal.*

Bibliografia

ALMEIDA, M. Lopes d' – Introdução. In SOUSA, Manuel de Faria e – *Asia portuguesa*. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1945.

ALVES, Hélio – Faria e Sousa, Manuel de. In SILVA, Vítor Aguiar e (coord) - *Dicionário de Luís de Camões*. Lisboa: Caminho, 2011.

ANDRADE, A. Banha de – Meneses (Francisco Xavier de). In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 2001. Vol. 19, p. 730.

AZEVEDO, Maria Antonieta Soares de – Cônsules franceses em Lisboa e nos Açores no século XVII. [Em linha]. *Repositório da Universidade dos Açores*. [Consul. 2011-12-22]. Disponível na www: <URL: http://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/556/1/MariaASAzevedo_p203284.pdf>.

BELCHIOR, Maria Lourdes – Lobo (Francisco Rodrigues). In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 2001. Vol. 18, p. 156.

BRUNO, Sampaio – Manuel de Faria e Sousa. In *Plano de um livro a fazer: os cavaleiros do amor ou a religião da razão*. Lisboa: IN-CM, 1996.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão – Frutuoso (Gaspar). In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1999. Vol. 12, p. 1077.

________ Melo (D. Francisco Manuel de). In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 2001. Vol. 19, p. 642.

CASTELO BRANCO, Camilo – *Mosaico e Silva de curiosidades históricas, literárias e biographicas*. Porto: Livraria Chandron, 1900.

CASTELO-BRANCO, Fernando – Castro (D. Inês de). In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1998. Vol. 6, p. 336.

CIDADE, Hernâni – Autonomia política. In COELHO, Jacinto do Prado (dir.) – *Dicionário de literatura*. Porto: Figueirinhas, 1989. Vol. 1, pp. 77-78.

CIDADE, Hernâni; SELVAGEM, Carlos – *Cultura portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1972. Vol. 8, pp. 94-98.

________ Corte-Real, Manuel de Moura. In CORREIA, António Mendes [et al.] (dir.) – *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1942. Vol. 6, p. 204.

DIAS, Geraldo J. A. Coelho, OSB – O beneditino D. Gonçalo de Morais, bispo do Porto, e a transformação artística da capela-mor da Sé Catedral. In *I CONGRESSO SOBRE A DIOCESE DO PORTO – Tempo e lugares de memória: Actas.* Porto/Arouca, 2002. Vol. I, pp. 365-392.

DIAS, Geraldo J. A. Coelho, OBS (coord.) – *O Concelho de Felgueiras nas Memórias Paroquiais de 1758.* Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 2011, p. 173.

________ Glossário monástico-beneditino. In *Em turno dos espaços religiosos: monásticos e eclesiásticos.* Porto: IHM-UP, 2005, p. 205.

________ Melhor é Deus que o abade de Pombeiro: o património do mosteiro de Pombeiro e a apresentação das igrejas. *Oppidum: revista de arqueologia, história e património*. Ano 6, n.º 5 (2011), p. 153.

FARIA, A. Machado de – Andrade (Leitão de). In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1998. Vol. 2, p. 794.

Faria, Estácio de. In CORREIA, António Mendes [et al.] (dir.) – *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira.* Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1942. Vol. 10, p. 916.

Faria, Frei Tomé de. In CORREIA, António Mendes [et al.] (dir.) – *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1942. Vol. 10, p. 924.

Faria e Sousa, Manuel de. In CORREIA, António Mendes [et al.] (dir.) – *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1942. Vol. 10, pp. 930-931.

FERNANDES, Maurício Antonino – *Felgueiras de ontem e de hoje*. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 1989.

________ Toponímia do concelho de Felgueiras: origem das suas freguesias e de alguns lugares. *Notícias de Felgueiras*. Ano XVIII, n.º 889 (jul 1952), p. 2.

FONSECA, Maria do Céu – *Historiografia linguística portuguesa e missionária*. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

FREITAS, Eduardo de – *Felgerias Rúbeas: subsídios para a história do concelho de Felgueiras*. 2.ª ed. Felgueiras: do autor, 1985.

Furtado de Mendonça, Afonso. In CORREIA, António Mendes [et al.] (dir.) – *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1942. Vol. 11, p. 1008.

GODINHO, Vitorino Magalhães – Restauração. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário da história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990. Vol. V, pp. 307-325.

GOMES, Ana Filipa Teixeira Leite – *Diversas formas de Proteu: a mitologia n'O Lima de Diogo Bernardes*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras – Departamento de Estudos Clássicos, 2009. Dissertação de mestrado em Estudos Clássicos – Tradição Clássica e Cultura Europeia.

INFOPÉDIA – *Domínio Filipino* [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2023. [Consul. 2023-02-23]. Disponível na www: <https://www.infopedia.pt/$dominio-filipino>.

INSTITUTIONEN FÖR SPANSKA, PORTUGISISLA OCH LATINAMERIKASTIDIER – *Portuguese literature*. [Em linha]. Stockholm (Suécia): Stockholm University, 2011. [Consul. 2011-12-05]. Disponível na www: <URL: http://www.ispla.su.se/gallery/bilagor/MC_minikompedium%20pt%20HT06.doc>.

LEITE, José, SJ, COELHO, António José, SJ (org.) – *Santos de todos os dias: janeiro.* Matosinhos: QuidNovi, 2006.

LEMOS, Esther de – *Estudos portugueses*. Porto: Porto Editora, 2003.

LEYVA MARTÍN, A. – *Manuel de Faria y Sousa, comentador de Os Lusiadas: um acervo de escritores italianos (SS. XIII-XVII)*. Tese de doutoramento, Universidad Granada, Granada, 1987.

________ Inês de Castro. In COELHO, Jacinto do Prado (dir.) – *Dicionário de literatura*. Porto: Figueirinhas, 1989. Vol. 2, pp. 464-467.

________ Sousa (Manuel de Faria e). In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1999. Vol. 27, pp. 479-480.

MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca lusitana: histórica, critica e cronológica*. Lisboa: na Officina de Ignacio Rodrigues, 1752. Tomo III, pp. 253-260.

MANUEL DASILVA, Xosé – Carolina Michaëlis e a inauguração da modernidade nos estudos camonianos. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*. XVIII (2001), pp. 93-106.

MANUEL DASILVA, Xosé – Comentário a um soneto (autêntico) de Camões: Em quanto quis Fortuna que tivesse [Em linha]. *Revista Limite.* N.º 5 (2011), pp. 49-73.

MARINHO, João de Almeida – Torrados. In DIAS, Geraldo J. A. Coelho (coord.) – *O concelho de Felgueiras nas memórias paroquiais de 1758.* Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 2011.

MATEUS, J. A. Osório – Vega (Lope de). In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 2003. Vol. 29, pp. 160-162.

MATTOSO, José – Bento (São). In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1998. Vol. 4, pp. 716-717.

MAURÍCIO, Domingos – António (D.). In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1998. Vol. 2, p. 1166.

________ Filipe II. In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1999. Vol. 12, p. 6.

________ Filipe III. In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1999. Vol. 12, p. 8.

________ Filipe IV. In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1999. Vol. 12, p. 10.

MEIRELES, António da Assunção, frei – *Memórias do mosteiro de Pombeiro*. BAIÃO, António (prefácio); PIMENTA, Alfredo (publicação). Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1942.

MENDES, João; PIRES, Alves – Vieira (Padre António). In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 2003. Vol. 29, p. 476.

MICKLE, William Julius - *The Lusiad; or, the discovery of India.* London: George Bell and Sons, 1877.

MORENO PORCEL, Francisco – *Retrato de Manuel de Faria y Sousa, cavallero del orden militar de Christo, y de la Casa Real.* Madrid: [s.n.], 1650.

Moura, Rolim de. In CORREIA, António Mendes [et al.] (dir.) – *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1942. Vol. 26, p. 76.

MOURRE, Michel – *Dicionário de história universal*. Porto: Edições ASA, 1998. Vol. III, p. 1162, 1432.

Muge, Conde de. In CORREIA, António Mendes [et al.] (dir.) – *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1942. Vol. 18, p. 102.

NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da – *Pedras de armas e brasões tumulares do concelho de Felgueiras: heráldica de família*. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 1997.

O dicionário português-espanhol, espanhol-português. Lisboa: Público, 2004.

OLIVEIRA, A. de – Leão (Duarte Nunes de). In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 2000. Vol. 17, pp. 608-609.

________ Mântua (duquesa de). In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura.* Lisboa: Editorial Verbo, 2001. Vol. 18, p. 1144.

OLIVEIRA, Leonel (coord.) – *Quem é quem: portugueses célebres*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

OLIVEIRA, Maria Aurora – Oriente (Fernão Álvares do). In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 2001. Vol. 21, p. 991.

PAULINO, Gomes (coord.) – *Felgueiras: tradição com futuro*. Paços de Ferreira: Anégia Editores, 1996.

PESTANA, M. Inácio – Olivares (conde-duque). In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 2001. Vol. 21, pp. 686-687.

________ Vasconcelos (Miguel de). In CHORÃO, João Bigotte (dir.) – *Enciclopédia Verbo luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 2003. Vol. 29, p. 108.

Piet Heyn. In *The New Encyclopaedia Britannica*. London: Encyclopaedia Britannica, 1997. Vol. 5, p. 908.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves – *A crítica camoniana no séc.XVII*. Lisboa: Instituto Cultura Língua Portuguesa, 1982. Colecção Biblioteca Breve, vol. 64.

Quevedo, Vasco Mouzinho. In CORREIA, António Mendes [et al.] (dir.) – *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1942. Vol. 24, p. 27.

RAMOS, Rui (coord.) – *História de Portugal*. 6.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

RIBEIRO, Ângelo – A Restauração da Independência: o início da dinastia de Bragança. In SARAIVA, José Hermano – *História de Portugal*. Matosinhos: QuidNovi, 2004. Vol. V, pp. 10-27.

ROSAS, Lúcia; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da; BARROS, Márcia – Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro. In ROSAS, Lúcia (coord. cient.) – *Românico do Vale do Sousa*. Lousada: VALSOUSA, 2008.

ROSAS, Lúcia [et al.] – Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa. In ROSAS, Lúcia (coord. cient.) – *Românico do Vale do Sousa*. Lousada: VALSOUSA, 2008.

SANTOS, Zulmira – Sousa, Manuel de Faria e. In MACHADO, Álvaro Manuel (org.) – *Dicionário de literatura portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. Vol.2, pp. 465-466.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar – *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1989.

SENA, Jorge de – *A estrutura de "Os Lusíadas" e outros estudos camonianos e de poesia peninsular do século XVI.* Lisboa: Portugália Editora, 1970.

________ *Trinta anos de Camões*. Lisboa: Edições 70, 1980. Vol. I.

SERENO, Isabel – Casa das Portas. In *Monumentos*. [Em linha]. Lisboa: IHRU, 1998. [Consul. 2011-12-12]. Disponível na www: <URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=499>.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: volume IV: governo dos reis espanhóis*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Verde, 1990.

________ *História de Portugal: volume V: a Restauração e a monarquia absoluta*. Lisboa: Editorial Verde, 1980.

SILVA, Inocêncio Francisco da – *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. Tomo IV, pp. 413-418.

SILVA, John de Oliveira e – Exile under fire: reassessing the poetics and practice of Manuel de Faria e Sousa. In LAGUNA, Asela Rodriguez de (ed.) – *Global impact of the Portuguese language.* New Jersey: Transaction Publishers, 2001.

SILVA, Manuel de Sousa da – *Nobiliário das gerações de Entre-Douro-e-Minho*. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, 2000. Vol. II, pp. 348-349.

SILVA, Vítor Aguiar e – *Camões: labirintos e fascínios*. Lisboa: Cotovia, 1994.

SOUSA, Manuel de Faria e – *Epitome de las historias portuguesas*. Madrid: Francisco Martinez, 1628.

________ *Fortuna, e vida de Manuel de Faria e Sousa cavallero del orden de Christo e de la casa real*, 1649.

________ *Fuente de aganipe y rimas varias.* 2.ª ed. Madrid: Diego Flamengo, 1644. Parte 2 e 4.

________ *Nobiliario del conde de Barcellos, D. Pedro, hijo del rey D. Dionis de Portugal traducido y castigado con nuevas illustraciones de varias notas.* Madrid: Alonso de Paredes, 1646.

SOUSA, Pedro de Faria e – O capitão Pedro de Faria e Sousa aos que lerem. In SOUSA, Manuel de Faria e – *Asia portuguesa.* Porto: Livraria Civilização Editora, 1945.

SOUZA, Francisco de S. José e, frei – Mosteiro de Pombeiro. In DIAS, Geraldo J. A. Coelho (coord.) – *O concelho de Felgueiras nas memórias paroquiais de 1758*. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 2011. Desdobrável anexo à publicação.

SOVERAL, Carlos Eduardo – Sousa, Manuel de Faria e. In COELHO, Jacinto do Prado (dir.) – *Dicionário de literatura*. Porto: Figueirinhas, 1989. Vol. 4, pp. 1052-1053.

TAYLOR, Barry – *The mythological sonnets of Manuel de Faria e Sousa*. [Em linha]. Barry Taylor, 2007. [Consul. 2011-12-14]. Disponível na www: <URL: http://www.mod-langs.ox.ac.uk/files/myths_08/barry_taylor.pdf>.

TORRES, Ruy d'Abreu – Sousa, Manuel de Faria e. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1990. Vol. 5, pp. 76-77.

VASCONCELOS, António de – Inês de Castro. *Biografias da história de Portugal*. Matosinhos: QuidNovi, 2004. Vol. XXVI, pp. 94-95.

Vasconcelos, Félix Machado da Silva Castro e. In CORREIA, António Mendes [et al.] (dir.) – *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1942. Vol. 12, p. 712.

VIEIRA, José Augusto – *O Minho pittoresco*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, Editor, 1887. Tomo III, pp. 390-396.

VITALI, Marimilda – O discurso de los versos de Faria y Sousa no prólogo do comentário das *Rimas Várias* de Camões. *Humanitas*. 62 (2010), pp. 189-224.

WADE, Jonathan William – *Early modern Iberian landscapes: language, literature, and the politics of identity.* Nashville (Tennessee): Vanderbilt University: Faculty of the the Graduate School, 2009. Tese de doutoramento em Filosofia.

JOAQUIM LUÍS COSTA

Licenciado em Ciências Históricas – ramo Científico, pós-graduado em Bibliotecas e em Arquivos, mestre e doutor em Ciência da Informação.
O seu percurso profissional principiou em 2003 como Catalogador Externo na Porto Editora, passando nesse mesmo ano a desempenhar funções de Bibliotecário no IPAM — Instituto Português de Administração e Marketing. Em 2004, iniciou a atividade de Documentalista na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, em Lisboa, até junho de 2007, quando começou a exercer funções de Técnico Superior na Biblioteca Municipal de Felgueiras. Maio de 2010 marcou o começo da sua ligação à VALSOUSA – Associação de Municípios do Vale do Sousa, exercendo funções de Técnico Superior de História na Rota do Românico.
Membro do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, da APHES – Associação Portuguesa de História Económica e Social e dos AdR – Amigos del Románico (Espanha).
Autor de vários artigos, monografias e contribuições em monografias no âmbito de estudos de Comunicação Científica e de História Local e Social. Em 2022, publicou *Os arcos memoriais e marmoirais, da Idade Média à atualidade*, numa edição também do Centro de Estudos do Românico e do Território.
Tem um gosto especial pela escrita de contos, com os quais já foi premiado e tem uma obra publicada, com o título *Mafalda e a Luz, uma história românica.*